



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

JOÃO VICTOR COSTA MATOS

**ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA NAS PESQUISAS BRASILEIRAS NO PERÍODO 2018 – 2023**

SÃO CRISTÓVÃO

2024

JOÃO VICTOR COSTA MATOS

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA NAS PESQUISAS BRASILEIRAS NO PERÍODO 2018 – 2023

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração, regulamentadas pela Resolução nº 069/2012/CONEPE.

Orientador (a): Prof. Marcos Eduardo Zambanini

SÃO CRISTÓVÃO

2024

“A arte do investimento tem uma característica que não costuma ser apreciada. Um resultado admirável, mesmo que não muito espetacular, pode ser alcançado pelo investidor leigo com um mínimo de esforço e capacidade; mas a melhora desse padrão facilmente atingível requer muita dedicação e muito mais do que apenas um traço de sabedoria”.
(Benjamin Graham)

RESUMO

A educação financeira é fundamental para capacitar indivíduos a tomar decisões conscientes em relação a suas finanças pessoais, promovendo uma gestão financeira eficaz e a prevenção do endividamento. O objetivo deste estudo é analisar, por meio de estudo bibliométrico, a evolução do conhecimento em educação financeira nas pesquisas brasileiras, no período de 2018 a 2023. Nossa pesquisa identifica tendências, lacunas e implicações das pesquisas em educação financeira no contexto brasileiro entre 2018 e 2023. Analisamos variáveis, incluindo a quantidade de estudos realizados, a demografia dos autores, os periódicos de publicação e o volume de artigos. Em adicional, comparamos a produção nacional com a internacional para destacar a posição do Brasil no cenário global de pesquisa em educação financeira. Os resultados revelaram a necessidade urgente de uma abordagem mais proativa das entidades públicas, governamentais e instituições na disseminação do conhecimento financeiro à população. A ausência de iniciativas significativas nesse sentido é evidente e merece atenção especial, considerando os impactos potencialmente prejudiciais do descontrole financeiro, como depressão, isolamento social e desintegração familiar. A educação financeira é um componente essencial para a formação de uma sociedade financeiramente consciente e autônoma. Como contribuição, destaca-se a importância de incorporar princípios de educação financeira em programas educacionais e políticas públicas, a fim de capacitar as pessoas a gerenciarem suas finanças de forma eficaz, economizar dinheiro e fazer escolhas financeiras informadas. A metodologia adotada neste trabalho baseia-se na bibliometria para examinar a produção acadêmica sobre educação financeira no Brasil entre 2018 e 2023. O processo inclui a definição de termos-chave, identificação de repositórios relevantes, e seleção e análise de materiais. A pesquisa documenta tendências, metodologias e lacunas na literatura, empregando uma abordagem qualitativa para explorar o impacto da educação financeira e propor diretrizes para sua inclusão nos sistemas educacionais.

Palavras-chave: Análise bibliométrica; Conhecimento financeiro; Educação financeira; tomada de decisões.

ABSTRACT

Financial education is essential to enable individuals to make informed decisions regarding their personal finances, promoting effective financial management and preventing debt. The objective of this study is to analyze, through a bibliometric study, the evolution of knowledge in financial education in Brazilian research, from 2018 to 2023. Our research identifies trends, gaps and implications of research in financial education in the Brazilian context between 2018 and 2023. We analyze variables, including the number of studies carried out, the demographics of the authors, the publication journals and the volume of articles. Additionally, we compared national production with international production to highlight Brazil's position in the global scenario of research in financial education. The results revealed the urgent need for a more proactive approach by public, governmental entities and institutions in disseminating financial knowledge to the population. The lack of significant initiatives in this regard is evident and deserves special attention, considering the potentially harmful impacts of lack of financial control, such as depression, social isolation and family disintegration. Financial education is an essential component for the formation of a financially conscious and autonomous society. As a contribution, the importance of incorporating financial education principles into educational programs and public policies is highlighted, in order to enable people to manage their finances effectively, save money and make informed financial choices. The methodology adopted in this work is based on bibliometrics to examine academic production on financial education in Brazil between 2018 and 2023. The process includes the definition of key terms, identification of relevant repositories, and selection and analysis of materials. The research documents trends, methodologies and gaps in the literature, employing a qualitative approach to explore the impact of financial education and propose guidelines for its inclusion in educational systems.

Key words: Bibliometric analysis; Financial knowledge; Financial education; Decision-making.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Estrutura organizacional para Estratégia Nacional de Educação Financeira.....	28
--	-----------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Índice de Gini da renda do trabalho domiciliar per capita	21
Figura 2 – Comparativo em razão do ano sobre o principal tipo de dívida entre os inadimplentes	36
Figura 3 – Processo da Inadimplência até a quitação da dívida.....	43
Figura 4 – Causas do Consumismo	44
Figura 5 – Critérios de seleção da amostra	52
Figura 6 – Publicação teórico-empíricas sobre educação financeira em periódicos nacionais	60
Figura 7 – Ballonplot das técnicas de análise utilizadas nos artigos	61

Gráfico 01 – Valor total das dívidas - PF	37
Gráfico 02 – Publicações de acordo com o ano	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	11
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 CONCEITO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA IMPORTÂNCIA	13
2.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA SOCIEDADE	17
2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	20
2.3.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO MUNDO	21
2.3.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	25
2.4 O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E A NECESSIDADE DE UMA GESTÃO FINANCEIRA EFICAZ	31
2.5 DESAFIOS INSTITUCIONAIS NA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O EMPODERAMENTO FINANCEIRO	37
2.6 A PROBLEMÁTICA DO CONSUMISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA	41
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	49
3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA	51
3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	53
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira compreende o processo de aquisição de conhecimento e sensibilização em relação a questões financeiras, capacitando a tomada de decisões relativas a recursos financeiros (Cunha, 2020). Sua aplicação demonstra seu valor em várias situações cotidianas, como a avaliação de valores e a formulação de um plano financeiro, assim como no planejamento de gastos futuros, como a criação de um fundo de contingência para aposentadoria. Adicionalmente, ela promove uma gestão financeira mais eficaz, levando, por conseguinte, à diminuição do endividamento. Isso se deve ao fato de que o nível de dívidas e o grau de conhecimento financeiro mantêm uma relação inversamente proporcional (Ribeiro, 2021).

Apesar da crescente tendência de investigações sobre o tema, os órgãos públicos, governamentais e instituições não dedicam a devida atenção à educação financeira, havendo uma notável escassez de empreendimentos voltados para a disseminação desse conhecimento, sendo essencial que tais entidades priorizem uma abordagem mais proativa no compartilhamento de conhecimento financeiro a população (Rocha, 2023).

Diversas análises bibliométricas têm sido executadas na literatura nacional em relação à instrução financeira. Por exemplo, existem pesquisas, tais quais Vieira e Pessoa (2020), Ribeiro, Rizzo e Scaurasi (2020), bem como Rocha (2023), que consideraram fatores como a quantidade de estudos realizados, a demografia dos autores, os periódicos em que os trabalhos foram veiculados e o volume de artigos.

Adicionalmente, algumas investigações optaram por explorar tanto a literatura nacional quanto a internacional, incluindo uma análise comparativa entre ambas. Autores também têm se dedicado a enfatizar a importância do tópico, identificando as principais publicações e instituições que se debruçam sobre esse domínio, ou mesmo têm se engajado na tarefa de mapear a produção acadêmica (Ribeiro, 2021).

Com isso, a educação financeira, como tópico de estudo em Administração, desempenha um papel crucial na sociedade e deve ser incorporada, uma vez que exerce influência significativa na orientação de escolhas conscientes em relação a receitas e gastos. Sua função principal é estimular a reflexão e ações individuais relacionadas às finanças pessoais, atendendo tanto às necessidades imediatas quanto às aspirações de planos futuros. Além disso, orienta a prática de reserva de

recursos para eventualidades inesperadas e situações de urgência, conforme Ribeiro, Rizzo e Scaurasi (2020).

Dessa forma, observa-se a urgência de uma ampla discussão sobre a importância da educação financeira por meio de uma análise bibliométrica, uma vez que essa se justifica em razão da educação financeira desempenhar um papel fundamental tanto para o consumidor quanto para o planejamento financeiro pessoal, oferecendo suporte na administração da renda.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da relevância destacada da educação financeira na tomada de decisões conscientes, bem como na gestão eficaz dos recursos financeiros, têm-se a indagação de quantos foram os estudos publicados sob o ímpeto de demonstrar estratégias de aprimoramento da disseminação do conhecimento financeiro na sociedade. Com isso, a presente monografia se propõe a investigar a produção acadêmica no período de 2018 a 2023.

Com base no objetivo proposto, o problema central da pesquisa é analisar o objeto descrito utilizando o método bibliométrico. Assim, o presente trabalho de conclusão de curso visa responder à seguinte pergunta: Quais são os principais temas, tendências e lacunas na produção acadêmica sobre educação financeira no Brasil entre 2018 e 2023?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar, por meio de estudo bibliométrico, a evolução do conhecimento em educação financeira nas pesquisas brasileiras, no período de 2018 a 2023.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Descrever e classificar, por meio de estudo bibliométrico, a produção de conhecimento relacionada à educação financeira, no período de 2018 a 2023;

- b) Identificar quais tópicos de conhecimento em educação financeira tem sido recorrente nas pesquisas brasileiras, no período de 2018 a 2023;
- c) Analisar tendências e lacunas de pesquisa em educação financeira, nas pesquisas brasileiras, no período de 2018 a 2023;

1.3 JUSTIFICATIVA

A educação financeira desempenha um papel vital na assistência aos consumidores, sobretudo no que se refere ao planejamento e à administração de suas próprias finanças. Com isso, têm-se que esse conhecimento tem a capacidade de estimular a adoção de práticas de economia e investimento de forma eficaz, prevenindo, assim, que aqueles que detêm recursos se tornem alvos de atividades fraudulentas.

Diante desse contexto, resta-se indubitável que a supramencionada matéria seja essencial para o desenvolvimento socioeconômico e o bem-estar dos indivíduos e, por isso, o tema vem, através dos anos, tendo a sua importância destacada através de produções de literatura, sendo esses fomentados sob o objetivo de conscientizar acerca das benesses de sua prática no cotidiano.

Apesar do crescente interesse nas produções sobre educação financeira, ainda existem lacunas significativas nos trabalhos publicados no contexto brasileiro nos últimos cinco anos, com isso, têm-se que se faz importante realizar uma análise aprofundada dessas lacunas (Rocha, 2023)

A contribuição deste estudo está na identificação dessas falhas e na formulação de recomendações para futuras pesquisas, com o objetivo de melhorar a eficácia das iniciativas de educação financeira. Assim, o estudo se justifica pela necessidade de preencher as lacunas existentes na literatura sobre o tema, oferecendo uma análise detalhada e crítica, visando orientar futuros pesquisadores e formuladores de políticas na promoção da educação financeira no Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Referencial teórico possui papel fundamental em pesquisas acadêmicas, uma vez que constitui um alicerce teórico, o qual possui como objetivo sustentar a comprovação do fenômeno que a pesquisa está investigando. Dentro desse aspecto, preliminar à investidura da análise bibliométrica, faz-se necessário apresentar a temática, salientando a síntese teórica, conceitos, estudos e trabalhos relevantes existentes na literatura sobre a temática, sendo através dos dados extraídos e postos na presente seção que se constitui uma base conceitual sólida para a integral compreensão dos resultados e discussões sobre a temática.

No presente capítulo de fundamentação teórica, serão abordados diversos aspectos relacionados à educação financeira, começando pelo conceito fundamental dessa área de conhecimento, ato contínuo, a discussão se estenderá ao contexto global, destacando a importância da educação financeira em diversas sociedades ao redor do mundo.

Em seguida, será explorada a situação específica do Brasil, considerando iniciativas governamentais, programas educacionais e desafios enfrentados para promover a educação financeira em larga escala. Após ser fundada a base da educação financeira no Brasil, será dado enfoque ao endividamento das famílias, analisando suas causas, consequências e possíveis soluções. Além disso, serão discutidos os desafios institucionais para o empoderamento financeiro da população, considerando políticas públicas, regulamentações e o papel das instituições financeiras.

Por fim, o capítulo abordará a relação entre consumo, consumismo e o problema do endividamento, destacando como a falta de educação financeira pode contribuir para padrões de consumo insustentáveis e consequentes dificuldades financeiras.

2.1 CONCEITO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA IMPORTÂNCIA

Conforme a premissa estabelecida Nunes (2023), que inclui como uma de suas metas a assistência na promoção do equilíbrio financeiro, o crescimento econômico e o bem-estar social dos cidadãos, é possível elaborar uma definição alternativa para o conceito de educação financeira da seguinte forma:

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (Nunes, 2023, p. 111).

Consoante às análises de Araújo (2021), há concordância com a perspectiva delineada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e ele estabelece que a Educação Financeira pode ser conceituada como um processo de difusão de conhecimento que favorece a evolução da compreensão de princípios monetários por parte dos indivíduos, emponderando-os para efetuar escolhas embasadas e seguras. Adicionalmente, essa educação os prepara para adotar comportamentos proativos com vistas ao seu próprio bem-estar, enquanto simultaneamente os integra de maneira mais eficaz na coletividade.

Ertel (2020) adere à mesma perspectiva e, de maneira mais sucinta, caracteriza o tema como a competência demonstrada por pessoas ao efetuarem escolhas e gerenciarem eficazmente suas finanças individuais ao longo de suas trajetórias. A apreensão de temas relacionados à educação financeira assume relevância em todas as faixas etárias e em diversas circunstâncias. De acordo com Oliveira (2021), esse assunto pode se manifestar da seguinte forma:

- a) Facilitar a compreensão precoce das crianças acerca do valor e da relevância financeira;
- b) Capacitar jovens e estudantes com as competências necessárias para viver de maneira autônoma;
- c) Possibilitar que adultos planejem eventos significativos em suas vidas, como a aquisição de imóveis, o sustento da família e o preparo para a aposentadoria.
- d) Contribuir para a estabilidade econômica dos sistemas financeiros, visto que indivíduos mais instruídos financeiramente têm menor probabilidade de não cumprir suas obrigações monetárias;
- e) Estimular o desenvolvimento de novos produtos e serviços de alta qualidade, impulsionando a competição e a inovação no campo financeiro. Desta forma, conforme Leal (2020):

A educação financeira pode trazer diversos benefícios, entre os quais, possibilitar o equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento

de imprevistos financeiros e para a aposentadoria, qualificar para o bom uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes, preparar o caminho para a realização de sonhos, enfim, tornar a vida melhor (Leal, 2020, p 12).

Deste modo, nos últimos anos, instâncias internacionais têm atestado que a educação financeira também se configura como um instrumento para promover a integração social. A legitimação dessa questão decorre da apreensão manifestada tanto por entidades públicas quanto privadas em face de dados alarmantes relativos às aptidões econômicas e à alfabetização financeira da população de várias nações, com ênfase nos países em fase de desenvolvimento (Lima, 2021).

Araújo (2021) verifica que uma parte substancial da população enfrenta dificuldades em efetuar operações financeiras elementares e demonstra limitado conhecimento acerca de instrumentos financeiros, o que constitui uma das características que denotam um déficit na alfabetização financeira. Conforme o autor, essa lacuna em termos de conhecimento, que, de acordo com suas observações, expõe os indivíduos a riscos financeiros, pode ocasionar prejuízos não somente a suas próprias vidas, mas também à coletividade como um todo.

Nesta conjuntura, a educação financeira fornece direcionamento para a tomada de decisões, divulga os produtos financeiros disponíveis, aborda as exigências e a compreensão referentes à economia, empréstimos, taxas de juros, modalidades de investimento e ganhos financeiros, bem como a distinção entre necessidades e desejos de consumo (Morais, 2021).

Ressalta-se ainda que o conceito de educação financeira pode ser interpretado como a "habilidade das pessoas em processar dados econômicos e tomar decisões esclarecidas a respeito de questões financeiras, planejamento financeiro, acumulação de recursos, endividamento e previdência". Segundo Araújo (2022), devido à constante evolução dos mercados financeiros globais, a capacidade de efetuar escolhas financeiras apropriadas e bem-informadas assume um papel de considerável relevância em todo o mundo.

No cenário brasileiro, a exploração desse tópico ainda se encontra em estágios iniciais, uma vez que, após uma revisão da literatura disponível nos principais periódicos, verificou-se uma escassez notável de estudos científicos centrados nessa temática. Além disso, observou-se que, na maioria dos casos, as pesquisas encontradas estão relacionadas a instituições estrangeiras. As disparidades no tratamento da educação financeira e da alfabetização financeira em diferentes nações

também se refletem em cifras nas investigações sobre alfabetização financeira em diversas partes do mundo (Albuquerque, 2023).

De acordo com informações de Carneiro (2022), um levantamento global sobre educação financeira realizado pela divisão de avaliações e pesquisas da Standard & Poor's, apenas 33% da população mundial apresenta alfabetização financeira. Em outras palavras, duas em cada três pessoas carecem de entendimento em relação a princípios fundamentais no campo financeiro. Segundo as conclusões de Lima (2021), o Brasil ocupa a 74ª posição em um ranking de 144 países quanto ao nível de alfabetização financeira.

É importante destacar que este estudo representa o mais amplo e completo já conduzido no âmbito da instrução financeira global (Carneiro, 2022). Para avaliar o nível de conhecimento da população na pesquisa, são formuladas cinco questões de respostas aplicáveis universalmente. A pesquisa tem o propósito de averiguar se os entrevistados têm domínio sobre quatro princípios financeiros essenciais: a) competência numérica; b) juros compostos; c) inflação; d) diversificação de risco (Leal, 2020).

No pódio do ranking, encontram-se nações de economias avançadas, como a Noruega (com 71%), Dinamarca (com 71%) e Suécia (com 71%). Isto sinaliza que, no mínimo, esse percentual da população desses países detém alfabetização financeira, capacitando-se para realizar decisões monetárias apropriadas, de acordo com os "exames" aplicados. Outras nações renomadas por suas economias robustas, tais como a Alemanha e os Estados Unidos, também exibem números favoráveis em educação financeira, com 66% e 57% da população, respectivamente, considerada apta. Entretanto, em territórios latino-americanos, a taxa média de conhecimento financeiro recai para aproximadamente 31% (Albuquerque, 2023).

Em nações de economias em desenvolvimento, uma situação similar se observa, com cerca de 30% dos homens e 25% das mulheres, respectivamente. De acordo com a escritora, as mulheres também têm maior probabilidade de escolher a opção "não sei" ao responderem às perguntas dos questionários, sendo que esse padrão ocorre aproximadamente em 22% das mulheres e 16% dos homens globalmente (Araújo, 2021).

De acordo com Morais (2021), os índices deficientes de alfabetização financeira na maioria dos países estão diretamente correlacionados a: Ausência de planejamento previdenciário; Falta de envolvimento no mercado acionário e retornos

menores em investimentos; Dificuldade em gerir perdas financeiras; tomada de empréstimos com taxas de juros elevadas; Vulnerabilidade financeira; Acumulação de riqueza mais limitada. O domínio desses tópicos é considerado vital, como afirmado por Oliveira (2021, online):

- Indivíduos são responsáveis por muito mais decisões que no passado;
- As decisões são tomadas a partir de jovem, ex: investimento em educação;
- Existem muitas preferências diferentes e circunstâncias econômicas;
- O objetivo final é o bem-estar, não um comportamento único (Oliveira,, 2021, online).

Além disso, conforme a OCDE (2010), citada por Albuquerque (2023), a competência financeira assume uma crescente relevância para as famílias na identificação de estratégias eficazes para alcançar o equilíbrio financeiro, escolher alternativas de investimento, adquirir propriedades, assegurar a educação dos seus filhos e até mesmo planejar uma aposentadoria mais segura.

2.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA SOCIEDADE

Decerto é que muito se fala sobre a importância da educação financeira para a sociedade, contudo, necessário é identificar e justificar o porquê desta ser, de fato, um fator elementar para o aumento da qualidade de vida do indivíduo. Com isso, o presente subcapítulo possui como ímpeto realizar uma investigação teórica, através da literatura clássica de gestão financeira, acerca do papel da educação financeira na sociedade, salientando suas benesses para o cotidiano de cada família.

Preliminarmente, cumpre apontar que, conforme Araújo *et al.* (2018), a compreensão da educação financeira como um hábito de vida ou até mesmo uma ciência essencial é crucial para alcançar não apenas o sucesso financeiro, mas também o bem-estar e a realização tanto profissional quanto pessoal. Desse modo, sua importância é atribuída não se restringe ao âmbito individual, mas também abrange a integração do indivíduo em uma sociedade e até mesmo em um contexto global.

Para Peretti (2007), a educação financeira perfaz um instrumento que proporciona às pessoas um melhor bem-estar e qualidade de vida, pois não condiz de forma restrita o acúmulo de riquezas, mas sim o potencial de gerência sobre os recursos, utilizando-os de forma consciente para que as decisões não venham

ocasionar impactos negativos em meses subsequentes, mas também venham a culminar em satisfação pessoal.

Nesse íterim, partindo da perspectiva de que uma das vigas que consolidam essa ciência é a aprendizagem de que o indivíduo deve gastar menos do que se ganha, Classon (2005) destaca que essa prática condiz com um equilíbrio entre o interno, ora desejos e aspirações, com o externo, consistindo esse na dinâmica social e econômica. Com isso, o equilíbrio financeiro não condiz unicamente com o individual, pois também está alinhado com a cadeia de produção como todo.

Um dos pilares fundamentais da educação financeira é a aprendizagem de gastar menos do que se ganha. Essa prática é essencial para alinhar ao ser interno, com seus desejos e aspirações, com o ser externo, que está inserido em uma dinâmica social e econômica. Alinhar o desejo interno de gastar com a realidade externa, que impõe limites e consequências, é fundamental para o equilíbrio financeiro e o alcance do bem-estar (Peretti, 2007).

Contudo, faz-se pertinente trazer algumas críticas ao pensamento de que é imperativo gastar menos do que se ganha, especialmente quando se considera situações específicas, como o caso de uma pessoa que recebe um salário-mínimo em uma cidade de custo de vida elevado. Nesses contextos, a simples recomendação de gastar menos do que se ganha pode parecer desafiadora e até mesmo inviável para muitos. Em áreas metropolitanas com alto custo de vida, o salário-mínimo muitas vezes não é suficiente para cobrir as despesas básicas, como moradia, alimentação e saúde. Dentro desse aspecto, a aplicação estrita desse princípio pode ser difícil de ser alcançada em certas circunstâncias (Araújo et al., 2018).

Essa crítica destaca a importância de considerar as nuances das condições socioeconômicas individuais ao discutir princípios de educação financeira, assim, em casos como o mencionado, torna-se crucial explorar abordagens mais abrangentes, como a busca por alternativas de aumento de renda, programas de auxílio governamental, desenvolvimento de habilidades adicionais para acesso a empregos melhor remunerados, entre outras estratégias que possam proporcionar uma gestão financeira mais realista e adaptada ao contexto específico (Albuquerque, 2023).

Conforme Araújo *et al.* (2018), é através da educação financeira que se cria um elo positivo entre o presente e o futuro, sendo através dessa ligação que se retira o medo de começar a traçar metas objetivas e sólidas, pois com uma reserva, sabe-se que há uma cobertura em caso de adversidades imprevisíveis. A fim de melhor

exemplificar essa afirmação, têm-se que quando um indivíduo se endivida e não consegue arcar com os custos de suas aquisições, esse deixa de fornecer o capital para a empresa ou prestador de serviços. De forma consequencial, há a interrupção no fluxo financeiro, impactando diretamente o ciclo econômico, pois as empresas dependem do pagamento de seus produtos ou serviços para manter suas operações e, por conseguinte, gerar empregos, pagar salários e investir em crescimento.

Nesse íterim, têm-se que a inadimplência, quando se torna generalizada, pode resultar em dificuldades financeiras para diversas empresas, levando a demissões, redução de investimentos e até mesmo ao fechamento de negócios. Assim, a educação financeira não apenas resguarda os indivíduos de crises pessoais, mas também contribui para a estabilidade e prosperidade do cenário econômico como um todo (Araújo *et al.*, 2018).

Nesses termos, não se trata unicamente do propósito de assegurar a própria sustentabilidade financeira a longo prazo, mas também de ser componente ativo para o avanço econômico do Município, Estado e País. Conforme Clason (2005), o guardar uma parte do que se ganha consiste em uma prevenção, sendo essa reserva uma base sólida para enfrentar desafios econômicos, bem como fatores imprevisíveis.

Corroborando essa perspectiva, Peretti (2007) afirma que a prosperidade de qualquer nação ou País, depende ativamente da prosperidade como indivíduos. Desse modo, indivíduos financeiramente instruídos são mais propensos a tomar decisões conscientes de consumo, a poupar e investir de maneira estratégica, estimulando, assim, o crescimento econômico sustentável.

Santos (2020) disserta que a estabilidade financeira dos cidadãos impacta positivamente outros indicadores sociais, como a redução da pobreza, melhoria da qualidade de vida e acesso a serviços básicos. Dessa forma, quando a população possui conhecimentos sólidos em educação financeira, há uma diminuição dos índices de endividamento descontrolado, o que evita crises financeiras em larga escala.

A partir dessa conjuntura, têm-se que o investimento de um País na educação financeira de sua população não consiste em uma estratégia para que esse se desenvolva de forma individual, mas sim para que o desenvolvimento econômico e social do país seja impulsionado. Assim, essa abordagem proativa não apenas fortalece os cidadãos em suas vidas pessoais, mas também consolida a base para uma sociedade mais robusta e resiliente como um todo (Santos, 2020).

2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA

A educação financeira não é necessária unicamente para o indivíduo e sua família, mas sim para o Estado e, por isso, faz-se necessário que o Governo empreenda em políticas públicas para proporcionar essa conscientização à sua sociedade. Nesse ínterim, o presente tópico possui como objetivo salientar a necessidade da formulação e inserção de políticas públicas eficazes para promover a educação financeira à população, uma vez que essa impactando diretamente o desenvolvimento econômico e social de um país.

Na literatura, de acordo com Secchi (2015), não há consenso na literatura especializada quanto à definição do termo "política pública", todavia, não obstante a ausência de convergência, conforme acordo com Peters (1986), a Política Pública consiste em um conjunto de atividades dos governos que agem diretamente ou por meio de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos.

Ainda de acordo com dissertações de Secchi (2015), as políticas públicas são consideradas um monopólio de atores estatais que pode ter abordagem multicêntrica ou estatal. A primeira, adota uma visão mais abrangente, considerando uma variedade quase ilimitada de atores, possuindo, entre esses, organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais e redes de políticas públicas, além dos atores estatais, como protagonistas no estabelecimento dessas políticas. Com isso, a abordagem multicêntrica pode ser caracterizada como política pública quando está voltada para a resolução de um problema público, independentemente de quem a execute, assim, qualquer ator social seja protagonista de políticas públicas, desde que a ação esteja direcionada para resolver um problema público, geralmente de natureza coletiva (Borges, 2021).

Dentro desse aspecto, para solucionar as problemáticas, faz-se imperativo implementar intervenções. Desse modo, pode-se compreender que as políticas públicas são macrodiretrizes estratégicas, desempenhando um papel estruturante, enquanto programas e projetos são percebidos como elementos operativos (Cunha, 2020).

Com isso, a partir da perspectiva que uma população financeiramente educada possui tendências a demandar menos recursos públicos para lidar com situações de endividamento descontrolado, inadimplência e assistência social, dessa forma, o

investimento em educação financeira se traduz em uma gestão mais eficiente dos recursos governamentais, liberando verbas para outras áreas prioritárias.

Assim, entende-se que ao investir em programas e iniciativas que visam a disseminação de conhecimentos financeiros, o Governo contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e aptos a tomar decisões responsáveis em relação às suas finanças. Isso, por sua vez, resulta em uma sociedade menos propensa à inadimplência, endividamento excessivo e, conseqüentemente, fortalece a estabilidade econômica do país. Salienta-se que a educação financeira proporciona aos cidadãos habilidades para gerenciar suas finanças de forma sustentável, entender os mecanismos do sistema econômico e participar de maneira mais ativa no mercado financeiro, assim, essa capacitação não apenas beneficia o indivíduo, mas também contribui para a redução da desigualdade social, uma vez que promove o acesso igualitário a oportunidades econômicas.

2.3.1 Educação financeira no Mundo

De início, faz-se necessário traçar um comparativo com as políticas públicas adotadas em demais países do Globo. Desse modo, o presente tópico terciário condiz com uma breve apresentação acerca da implementação de projetos de educação financeira em países como: Gana, Estados Unidos da América, Colômbia, El Salvador, Portugal, Índia e Austrália. Nota-se que a seleção de países se deu de forma a contemplar todos os Continentes, possuindo um exemplo prático de como é adotada estratégias de conscientização sobre gestão de recursos financeiros em todo o Mundo.

De acordo com Vieira e Pessoa (2020), o país Gana, situado na África, possui uma Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira e Defesa do Consumidor no setor de microfinanças. Com isso, a iniciativa do país se volta para a conscientização e ensino para indivíduos de segmentos vulneráveis, sendo esses: pessoas com baixo nível de alfabetização financeira, pessoas de baixa renda, os excluídos do mercado financeiro, as mulheres, os jovens, estudantes, crianças, pessoas que vivem em áreas rurais e agricultores.

Com isso, atenta-se que Gana se concentra em um programa de inclusão, sendo essa inserida sob o ímpeto de reduzir a desigualdade social através da capacitação econômica de indivíduos vulneráveis, utilizando do conhecimento para

melhor gerenciar recursos familiares e, com isso, prover maior qualidade de vida para todos os integrantes da família (OCDE, 2012).

A partir desse objetivo, o Ministério das Finanças e Planejamento Econômico implementou, nos currículos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e também do Ensino Superior, o componente de alfabetização financeira, disponibilizando conteúdo para promover a responsabilidade individual e coletiva através da gestão de recursos financeiros. Com isso, têm-se que tais conteúdos se concentram na dissertação sobre atitudes financeiras saudáveis, hábitos de poupança e investimentos (Vieira; Pessoa, 2020).

Nos Estados Unidos da América, a responsabilidade pela coordenação da Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira recai sobre a Comissão Federal de Educação Financeira, instituída pelo Congresso dos Estados Unidos, em colaboração com o Gabinete de Educação Financeira do Departamento do Tesouro Americano. Com isso, a iniciativa do país consiste em ampliar o acesso à informação, à educação e às ferramentas que capacitam indivíduos e famílias a efetuarem escolhas financeiras prudentes, especialmente em um cenário cada vez mais complexo. Válido é salientar que a iniciativa leva em questão que o bem-estar financeiro de indivíduos e famílias desempenha um papel fundamental na estabilidade financeira nacional, e a falta de alfabetização financeira pode constituir uma barreira que compromete os padrões de vida e restringe a prosperidade (OCDE, 2011).

De acordo com Vieira e Pessoa (2020), a Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira possui como principal foco quatro aspectos, sendo esses: 1) ampliação do conhecimento e acesso à EF, possuindo como disseminadora do conhecimento diferentes canais; 2) determinar e integrar competências financeiras basilares; 3) melhorar a infraestrutura da EF através de planos de ação e recomendações; e 4) identificar, aprimorar e compartilhar práticas de EF eficazes.

A partir desses objetivos, pode-se aduzir que a Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira dos EUA não possui apenas um estrito canal de disseminação, mas conta ainda com a participação do governo, instituições públicas, privadas e sem fins lucrativos, escolas públicas e privadas, bem como prestadores de serviço de educação (Share América, 2022).

Ao que concerne a Colômbia, a ideia de criar uma Estratégia Nacional de Educação Econômica e Financeira (ENEFF) na Colômbia detém origem em razão de pesquisas que identificaram que a falta de competências básicas dos entes familiares

é determinante na coordenação dos recursos financeiros. Desse modo, foi criada uma estratégia nacional deteve como ímpeto fomentar o espírito de liderança nas famílias colombianas e fornecer para estar subsídio de conhecimento para a melhoria das decisões econômico-financeiras (OCDE, 2013).

Nesse ínterim, a Estratégia Nacional de Educação Econômica e Financeira (ENEFF) tem como objetivo primordial ampliar a capacidade dos cidadãos para tomarem decisões informadas e conscientes, permitindo que estas participem de modo responsável nos processos econômicos, contribuindo de forma ativa para o progresso e desenvolvimento do país (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe, 2022). Com isso, a Estratégia estabelece metas específicas, incluindo a definição de diretrizes para auxiliar as instituições de ensino no desenvolvimento de competências relacionadas à educação econômica e financeira nos projetos pedagógicos de educação formal.

O país da América Central, El Salvador, teve seu Programa de Educação Financeira criado em 2008, segundo o Relatório *La educación financiera en América latina y El caribe situación actual y perspectivas* (OCDE, 2013). Com isso, o projeto teve deteve três premissas basilares, sendo essas: 1) prover informações adequadas para identificar, compreender e analisar os benefícios, custos e riscos dos produtos e serviços financeiros; 2) ampliar o debate acerca do sistema financeiro globalizado; e 3) fortalecer a função econômica do sistema financeiro.

Tal qual o programa implementado em Gana, o de El Salvador também possui como premissa atender todos os segmentos da população, priorizando aquelas que são mais vulneráveis. Desse modo, conta para a disseminação da conscientização a participação de setores privados, instituições públicas ligadas ao governo e centros educativos (Vieira; Pessoa, 2020).

O país de Portugal possui o Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), sendo esse desenvolvido por um grupo de trabalho sob a supervisão do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF). Assim, tal plano consiste em um documento normativo que reconhece a importância da Educação Financeira, bem como disserta acerca das diretrizes implementadas em nível nacional (Viera; Pessoa, 2020).

A formulação e publicação da estratégia foi dada em 2016, possuindo como tempo de ação médio prazo, assim, suas orientações são para orientar práticas durante cinco anos, ou seja, 2016 a 2020. Ao que concerne os seus partícipes, foi

criada a marca "Todos Contam", esse que possui parceiros de todos os setores para promover um trabalho estruturado e duradouro de educação financeira no país, assim, entre estes estão ministérios, organismos públicos, associações empresariais, centrais sindicais, associações de consumidores e universidades, visando atingir diferentes segmentos sociais (Viera; Pessoa, 2020).

Ao que cerne o público-alvo do PNFF, têm-se crianças da Educação Pré-escolar e estudantes do Ensino Básico e Secundário, sendo esses ensinados por professores capacitados, utilizando o Referencial de Educação Financeira para as escolas e os Cadernos de Educação Financeira. Ademais, salienta-se que estudantes universitários e trabalhadores também são alvos da EF, sendo de responsabilidade das universidades e empresas abrilhantarem conferências e seminários sobre a temática (Vieira; Pessoa, 2020).

A Índia é um país com um dos maiores quantitativos de desigualdade social e, diante da sua extensa população, bem como a necessidade de um sistema financeiro estável, o governo do país passou a investir na rápida implementação de uma estratégia nacional (Ertel, 2020). Com isso, a abordagem da Educação Financeira possuiu como objetivo alcançar todos os indivíduos, proporcionando-lhes uma compreensão mais profunda do papel do dinheiro em suas vidas e apresentando diversas opções para transformar suas economias em investimentos.

Ocorre que, de acordo com Vieira e Pessoa (2020), a EF no país possui um público-alvo mais seletivo, sendo esse fomentado por consumidores financeiros, agentes do mercado financeiro, instituições de ensino, organizações não governamentais, reguladores do setor financeiro, governo central e estadual.

O último país a ser analisado é a Austrália, esse que é integrante do Continente da Oceania. Assim, em termos de educação financeira, têm-se que na Austrália há a Comissão Australiana de Valores Mobiliários e Investimentos (ASIC), essa que foi a fundadora da primeira versão da Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira, em 2011, possuindo essa como objetivo aprimorar a compreensão financeira dos cidadãos australianos (Ertel, 2020).

Após três anos de seu advento, foi realizada uma revisão para realizar melhorias de acordo com as necessidades da sociedade australiana e, com isso, atualizou a definição de alfabetização financeira, bem como reconheceu o papel das circunstâncias pessoais na formação de atitudes e comportamentos financeiros (Ertel, 2020).

Diante desse contexto, conforme a revisão realizada na diretriz, a alfabetização financeira é uma condição prévia para tomar decisões financeiras sólidas, fundamentadas nas circunstâncias pessoais, visando aprimorar o bem-estar financeiro e, por isso, a estratégia deve compreender as influências que as decisões podem sofrer, sendo essas: aspectos ambientais, pessoais, psicológicos, sociais, econômicos, atitudinais, emotivos e a experiência de vida dos indivíduos (ASIC, 2014).

A estratégia australiana é sustentada por sete pilares, sendo esses: inclusão, engajamento, diversidade, conhecimento, melhoria dos resultados, parcerias e avaliação e melhoria contínua dos programas em andamento. Contudo, não obstante a ASIC dissertar em texto sobre esses, deve-se atentar que a EF do país possui como característica a flexibilidade e, por isso, essa possui contínuo aprimoramento para convergir com o contexto da sociedade (Ertel, 2020).

No que tange os objetivos específicos da estratégia australiana, têm-se: aumento do acesso a informações imparciais, o fornecimento de orientação e apoio de qualidade, o fortalecimento da coordenação e parcerias eficazes, e a melhoria na pesquisa, medição e avaliação dos programas de Educação Financeira. Com isso, é de prioridade absoluta para o país o desenvolvimento da consciência financeira dos seus indivíduos, famílias e comunidades (Vieira; Pessoa, 2020).

2.3.2 Educação financeira no Brasil

O início dos anos 2000 foi marcado pela preocupação com a manifesta pobreza e grau de miserabilidade nos países, sendo esses elementos intrínsecos à exclusão financeira. Com isso, o tema se tornou foco em discussões internacionais, as quais se dispuseram a estudar possíveis soluções para promover o desenvolvimento econômico, bem como reduzir e erradicar esse mal que assola todos os países do Mundo (Ribeiro, 2021).

O G20 consiste em um fórum internacional composto, o qual é composto por 19 países e a União Europeia, sendo esses: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. Assim, representantes desses Estados se reúnem anualmente com o fito de discutir questões econômicas e globais (Ertel, 2020). Dessa forma, têm-se que o principal objetivo do G20 é a promoção e a cooperação econômica internacional e a estabilidade

financeira, abordando questões-chave relacionadas ao crescimento econômico, comércio internacional, regulação financeira e desenvolvimento sustentável, tomando decisões políticas para a melhoria dessas áreas (Ribeiro, 2021). Diante desse contexto, a reunião anual celebrada em 2000, pelo G20, formulou os princípios para a Inclusão Financeira Inovadora, sendo o quinto princípio apenas inserido no ano de 2010, esse que preconizou que os países membros devem fomentar a educação e capacitação financeira (GPFI, 2010).

Contudo, não obstante a formalização dos princípios na reunião de 2010, cumpre salientar que a temática já era amplamente discutida desde 2003 pela OCDE, a qual iniciou o "Financial Education Project" (OECD, 2004). O dito projeto realizou, preliminarmente, uma avaliação acerca do estado da arte da educação financeira nos países membros, sendo essa feita através de questionários, os quais posteriormente foram interpretados e transformados em um relatório publicado (OECD, 2005b). Assim, o documento apresentou a tipificação e a avaliação dos programas existentes em cada Estado-membro para que, com isso, implementasse um projeto de recomendações acerca das práticas mais eficazes e assertivas, sendo esse chamado de "*Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness*" (OECD 2005a).

A partir do documento recebido pela OECD, o Brasil definiu seu plano diretor de educação financeira, definindo esta como:

Educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (ENEF, 2010a, p. 20).

Ademais da formulação e publicação das recomendações sobre os princípios e boas práticas para a educação financeira, em 2008, a OCDE estabeleceu a International Network for Financial Education (INFE), o qual consiste em uma rede de apoio e comunicação entre os países-membro e não membros para que esses possam cooperar em ações de âmbito internacional acerca da temática.

Ao que concerne o Brasil, têm-se que esse passou a implementar tímidas práticas de educação financeira desde 2002, contudo, em 2015, com o agravamento

da crise econômica, a priorização da temática se tornou de extrema necessidade e, com isso, houve expressiva mudança em Programas sociais, estabilidade macroeconômica, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumentos reais do salário-mínimo e a elevação do emprego formal, essas que culminaram na ascensão da "nova classe C" (Ribeiro, 2021).

De acordo com Neri e Carvalhaes (2008), a análise do índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, revelou uma redução significativa ao longo do período de 1993 a 2007, assim, em 1993, o índice era de 0,6068, e, até 2007, ele diminuiu para 0,5546. Assim, infere-se que essa redução indica uma tendência de diminuição da disparidade de renda entre os diferentes estratos da população brasileira durante esse intervalo de tempo. Ainda de acordo com os autores, a pobreza extrema, durante o período de 1993 a 2007, sofreu diminuição de mais e 58%, indicando a melhoria de vida e acesso a recursos por parcela majoritária da população.

No ano de 2007, foi dado o prelúdio para as iniciativas de implementação da educação financeira no Brasil, sendo essa uma Política Pública de Estado que foi alinhada através do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), vinculado ao Ministério da Fazenda e Comissão de Valores Mobiliários (Cunha, 2020).

Assim, não obstante ao início da confecção desta no ano de 2007, apenas foi finalizada em 2009, apresentando uma proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), a qual deteve como objetivo:

Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos, e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (CVM, s/d.a, p. 2).

Para melhor visualização acerca da estrutura organizacional atual da ENEF, essa que é configurada como uma governança, foram dispostos seus entes na Tabela 01 abaixo:

Tabela 01 - Estrutura Organizacional para a Estratégia Nacional de Educação Financeira¹

¹ Segundo portal da ENEF. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/governanca/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

		PARTICIPANTES	
ESFERA	INSTITUIÇÃO	ÓRGÃOS DO GOVERNO	SOCIEDADE CIVIL
Estratégica	Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)	<ul style="list-style-type: none"> • Banco Central do Brasil • Comissão de Valores Mobiliários • Superintendência de Seguros Privados • Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia • Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Trabalho do Ministério da Economia • Superintendência Nacional de Previdência Complementar • Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública • Ministério da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) • B3² • Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) • Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)
Consultiva	Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) ³	<ul style="list-style-type: none"> • Banco Central do Brasil • Comissão de Valores Mobiliários • Superintendência Nacional de Previdência Complementar • Superintendência de Seguros Privados 	

² Empresa resultante da fusão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com empresa CETIP, para oferta de serviços de consultoria financeira.⁴ Algumas das fontes consultadas não mencionam esse ministério.

³ Agrega, ainda, a Secretaria Executiva, exercida pelo Banco Central e uma comissão de suporte técnico, com a mesma composição do CONEF.

	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Educação • Ministério da Fazenda • Ministério da Previdência Social⁴ • Ministério da Justiça e Cidadania • 5 Instituições Federais de Ensino, sendo uma por região brasileira • Conselho Nacional de Educação • Conselho dos Secretários de Educação • União dos Dirigentes Municipais de Educação 	
Coordenação	Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF)	<ul style="list-style-type: none"> • ANBIMA • B3 • CNseg • FEBRABAN

Fonte: ENEF (online)

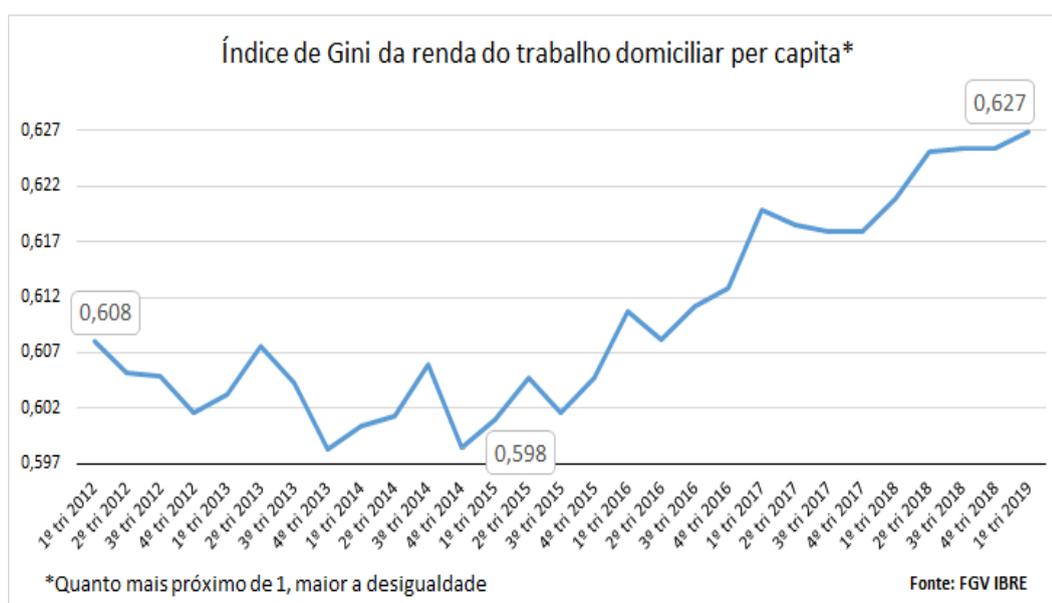
A partir da tabela acima ilustrada, pode-se aduzir a estrutura organizacional atual da ENEF, assim, essa Governança organiza suas ações em dois tipos distintos: setoriais e transversais. As ações setoriais referem-se a projetos desenvolvidos de forma autônoma por entidades ou órgãos que fazem parte da Estratégia. Ao que condiz as ações transversais, são aquelas que foram concebidas especificamente no âmbito da Estratégia Nacional e são coordenadas pela Associação para Educação Financeira (AEF), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) criada em 2011 pelas quatro instituições mencionadas na Tabela 1 (ANBIMA, B3, CNSeg e FEBRABAN) com o propósito exclusivo de promover a educação financeira. As ações transversais possuem três principais frentes, sendo essas: Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira e Educação Financeira de Adultos e Educação Financeira nas Escolas (Cunha, 2020).

As iniciativas ocorridas na educação básica foram sediadas entre 2010 e 2011, possuindo como público-alvo adolescentes. Assim, foram produzidos três livros com conteúdo programático em ação conjunta com o CONEF/GAP, possuindo como temas: "Vida Familiar Cotidiana", "Empreendedorismo" e "Bens Públicos". Assim, o evento foi ministrado por 1.200 professores devidamente capacitados, possuindo como beneficiários 26.981 alunos de ensino médio em 891 escolas distribuídas por cinco estados (SP, RJ, MG, TO, CE) e o Distrito Federal (AEF, 2013, p. 14).

De acordo com relatórios sobre a ação, essa se restou frutífera, indicando que o programa contribuiu para o aumento da proficiência financeira, autonomia financeira, intenção de poupar, aprimoramento da poupança e do comportamento de gastos, assim como maior participação dos alunos nas finanças domésticas (BMF&Bovespa, 2012).

Contudo, não obstante ao sucesso do início da implementação da educação financeira no Brasil, válido é suscitar pesquisa realizada pela Fundação Getulio Vargas (2019), a qual revela que a desigualdade de renda no Brasil bateu recorde no ano de 2019, medindo a renda do trabalho per capita 0,627, ora esse o maior patamar da série histórica iniciada em 2012, conforme pode ser observado na figura 02 abaixo:

Figura 1 – Índice de Gini da renda do trabalho domiciliar per capita



Fonte: FGV (2019)

A análise crítica desses dados revela uma tendência preocupante de aumento da desigualdade de renda entre os estratos sociais no período mencionado, pois ao colocar em comparação entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres, resta-se demonstrado uma oscilação que, desde novembro de 2015, indica um crescimento na disparidade. Ademais, antes da crise, até 2015, os dados apontam para um aumento real de 5% na renda média dos mais ricos, enquanto os mais pobres experimentaram um crescimento dobrado, chegando a 10%, em contraparte, no pós-crise, a situação se inverteu (Cunha, 2020).

A renda acumulada real dos mais ricos aumentou apenas 3,3%, enquanto a dos mais pobres sofreu uma queda acentuada de mais de 20%, assim, essa inversão sugere que, após a crise, a recuperação econômica favoreceu desproporcionalmente os estratos mais privilegiados da sociedade, deixando os mais pobres em uma situação ainda mais desfavorável (FGV, 2019).

Ao considerar toda a série histórica desde 2012, a desigualdade se acentua. A renda real acumulada dos mais ricos aumentou em 8,5%, ao passo que a dos mais pobres diminuiu alarmantes 14%, desse modo, têm-se que o cenário evidencia uma crescente disparidade econômica ao longo do tempo, com os mais ricos se beneficiando de forma desproporcional em comparação com os mais pobres. Essas conclusões apontam para a necessidade de políticas públicas e ações que busquem reverter essa tendência, promovendo uma distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos e assegurando que a recuperação econômica seja inclusiva (FGV, 2019).

2.4 O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E A NECESSIDADE DE UMA GESTÃO FINANCEIRA EFICAZ

A presente seção possui como ímpeto observar como uma gestão financeira eficaz, ora essa que é aprendida através da educação financeira, é um fator preponderante no que tange a redução do endividamento. Dessa forma, o subtópico em questão irá distinguir o endividamento da inadimplência, demonstrando a atual conjuntura das famílias brasileiras de acordo com Serasa Experian e SPC Brasil.

A falta de conhecimento em educação financeira na gestão de assuntos financeiros pessoais acarreta o perigo de excessos no consumo e desequilíbrios financeiros, com repercussões que se estendem além da esfera pessoal, afetando também a sociedade de maneira abrangente. Tais impactos se manifestam em

variáveis como taxas bancárias, índices inflacionários, o mercado de crédito e estratégias de investimento, conforme indicado por estudos anteriores (Morais, 2021).

Segundo dados fornecidos pelo Serasa (2021), aproximadamente 39,8% da população do Brasil estava registrada como inadimplente em dezembro de 2021. No entanto, até março de 2022, esse percentual havia aumentado para 40,74%. Os principais motivos para essa inadimplência incluíam dívidas relacionadas ao uso de cartões de crédito, despesas básicas, como contas de água, luz e gás, e pendências originadas por compras no varejo. Dentro desse cenário, é crucial enfatizar que a capacidade de compreensão financeira e a educação financeira desempenham um papel central na formação da consciência financeira (Nunes, 2023).

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é possível definir a educação financeira como um procedimento voltado para a assimilação de informações acerca de produtos financeiros. Essa assimilação tem como propósito promover o aprimoramento de habilidades, o desenvolvimento de confiança em questões financeiras e a conscientização sobre os riscos e as oportunidades envolvidos. Esse processo, por sua vez, capacita os indivíduos a tomarem decisões financeiras mais fundamentadas e racionais (Albuquerque, 2023).

Em consonância com essa perspectiva, Oliveira (2021) sustenta que a educação financeira engloba a capacitação para desenvolver competências e habilidades que viabilizem a aplicação eficaz dos conhecimentos adquiridos em relação a produtos financeiros e princípios financeiros na tomada de decisões. A sua distinção em relação à alfabetização financeira reside na ênfase dada ao entendimento e à aplicação criteriosa desses conhecimentos na administração das finanças pessoais. Isso resulta em um comportamento financeiro que contribui para o alcance de bem-estar econômico.

As finanças pessoais podem ser consideradas como a ciência que explora a utilização de princípios financeiros nas escolhas econômicas feitas por indivíduos ou núcleos familiares. Ela também pode ser vista como um processo que envolve o planejamento, organização e supervisão das finanças de um indivíduo, com o objetivo de alcançar metas financeiras específicas. Portanto, seguir um plano financeiro, administrar os padrões de gastos e realizar investimentos estão entre os principais ganhos que advêm da aplicação do conhecimento financeiro na vida cotidiana da sociedade (Araújo, 2022).

Além disso, notou-se um aumento gradual da inclusão desse tema na esfera acadêmica e na produção de trabalhos científicos, resultando em um interesse cada vez mais pronunciado por estudos relacionados a essa área nos últimos tempos. De acordo com Ertel (2020), a produção científica no campo da alfabetização e educação financeira praticamente dobrou entre os anos de 2014 e 2015. As pesquisas realizadas por Albuquerque (2023) também indicaram que o aumento na publicação de estudos nessa esfera continuou a crescer nos anos posteriores, abarcando tanto a plataforma Scopus quanto a Spell.

De acordo com Ertel (2020), o endividamento pode ser conceituado como uma condição na qual o indivíduo ou uma família possui diversos compromissos financeiros, sendo esses provenientes de empréstimos, financiamentos, parcelamentos em cartões de crédito e cheque especial. Nesses termos, o endividamento não é, em fato, o atraso no pagamento das dívidas, mas sim o comprometimento a longo prazo.

Em contrapartida, a inadimplência é quando a pessoa deixa de cumprir com as obrigações de pagamento dentro de prazo estabelecido, culminando em consequência encargos, taxas e juros. Assim, a inadimplência pode, também, contrair outras consequências, as quais são: juros adicionais, restrições de crédito, inclusão do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito e, em casos mais extremos, processos judiciais por parte dos credores (Teixeira, 2023).

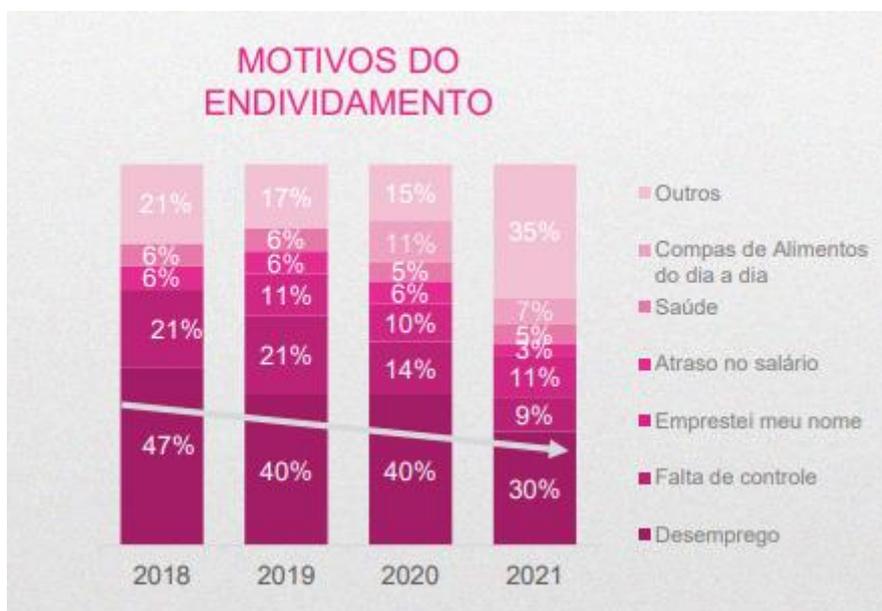
Conforme aludido por Araújo *et al.* (2018) a educação financeira pobre em ambiente familiar é uma das principais causas de efeito em cadeia, visto que a prole é influenciada pelos hábitos dos seus pais. Em convergência, de acordo com pesquisa realizada pela Serasa Experian (2018), constatou-se que a falta de educação financeira figura como uma das principais causas da inadimplência nas famílias, ocupando a quarta posição no ranking de motivos. Dentro desse aspecto, pode-se inferir que a ausência de um acompanhamento disciplinado na alocação dos recursos financeiros e à carência de um planejamento que previna o endividamento são os fatores predominantes quando se fala de dívidas e inadimplência, culminando em encargos que viram uma espécie de “bola de neve⁴”.

⁴ Fig. Fato, situação, condição etc. que progride e se avulta ao gerar consequências que por sua vez resultam em novas consequências, assim como uma bola de neve aumenta de volume ao rolar por uma encosta nevada: A dívida com o banco virou uma bola de neve. Disponível em: https://www.aulete.com.br/bola%20de%20neve#google_vignette. Acesso em: 01 nov. 2023.

Ademais, imperativo é ainda analisar pesquisa conduzida pelo SPC BRASIL (2017), a qual revelou que os consumidores brasileiros possuem maior tendência para atrasar pagamentos, seja relacionados a empréstimos, cartões de crédito ou ainda cheques especiais e, com isso, acarreta um perfil acostumado a ter que arcar com encargos financeiros adicionais, contudo, esses acabam comprometendo ainda mais a situação econômica da família, virando uma situação de difícil saída em longo prazo.

Dissertado acerca de concepções preliminares sobre o endividamento, cumpre apontar as principais causas deste de acordo com o Serasa Experian (2018), dados esses que foram dispostos na figura 03 abaixo:

Figura 2 – Comparativo em razão do ano sobre o principal tipo de dívida entre os inadimplentes



Fonte: Serasa (2022)

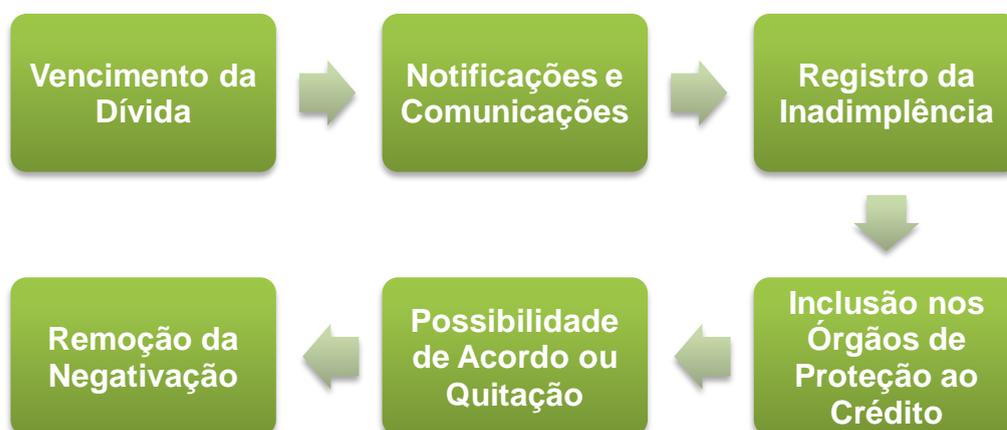
A figura 02 acima realiza um comparativo entre os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, apontando entre estes as principais causas do endividamento, ou seja, os maiores motivos pelos quais se necessita realizar empréstimos, utilizar cartões de crédito, cheque especial e ainda fazer financiamentos. Atentam-se que durante os

anos de 2018, 2019 e 2020 o principal motivo foi o desemprego, sendo seguido pela falta de controle, ou seja, ausência de educação financeira. Ao contrário dos anos anteriores, o ano de 2021 registrou que o maior motivo foi “outros”, ou seja, não está relacionado com compras de alimentos de subsistência, saúde, atraso do salário, emprestar o nome, falta de controle e nem desemprego.

Ainda de acordo com a pesquisa realizada pelo Serasa Experian (2022), o endividamento atrapalha o bem-estar de 88% dos brasileiros, ocasionando em insônias e dificuldades para dormir, bem como acarretando o sentimento de vergonha e culpa.

A negativação após a inadimplência ocorre quando um consumidor deixa de efetuar o pagamento de um compromisso financeiro, como uma fatura de cartão de crédito, empréstimo ou conta de serviços, por exemplo. O processo geralmente segue algumas etapas, sendo essas dispostas na figura 03 abaixo:

Figura 3 – Processo da Inadimplência até a quitação da dívida



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A partir da figura acima pode aduzir que, após o vencimento da dívida, a empresa credora aguarda um período de carência, sendo esse variável de empresa para empresa, contudo, sempre respeitando o prazo dado em sede de contrato com

o consumidor. Durante o período de carência, a empresa notifica o inadimplente através de SMS, e-mails ou correspondência física, informando acerca do atraso e também comunicando acerca de ônus sobre a prática até que a situação não seja regularizada. Ato contínuo, após o período de carência, a empresa credora pode registrar a dívida em órgãos de proteção ao crédito, como o SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) ou Serasa Experian, servindo esse cadastro como comunicação a outras instituições financeiras e empresas sobre a prática não saudável de finanças.

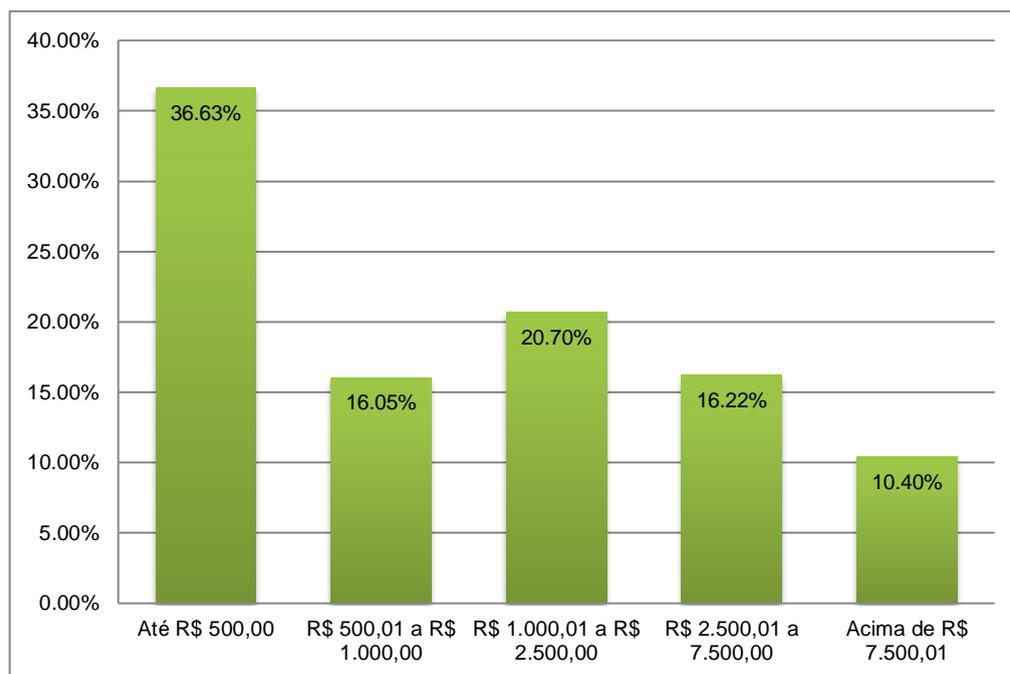
A inclusão nos Órgãos de proteção ao crédito é advinda após o registro do nome do devedor nas listas de negativados, assim, essa lista impacta na capacidade do consumidor de obter novos créditos, financiamentos ou realizar compras a prazo. Em contrapartida a negativação, o consumidor pode receber acordos com a empresa credora para regularizar a situação através da quitação da dívida com desconto. Por fim, após a quitação da dívida ou cumprimento das condições acordadas, o nome é retirado da negativação.

Ao que concerne o SPC, esse realiza uma análise da evolução do número de consumidores com registros de inadimplência em suas bases de dados, cobrindo todo o território nacional e atualizando esses dados mensalmente. Assim, no ano de 2020, após a pesquisa, o CPC revelou que, somando todas as dívidas, a média devido por cada indivíduo negativado era de R\$ 3.257,80. Em comparação a anos anteriores, têm-se que o valor médio permanece estável desde 2017, sendo possível constatar que a maior média auferida foi em 2011, visto que apresentou montante de R\$ 4.669,36 (Searasa Experian, 2022).

De acordo com o Serasa Experian (2020), os brasileiros acumulam novas dívidas aos seus débitos já preexistentes e, com isso, culminam em um efeito bola de neve, sendo esse ainda impulsionado pelo aumento da inflação, especialmente nos setores de transporte e alimentos.

Ainda acerca da pesquisa realizada pelo SPC em 2020, têm-se que esse realizou um estudo acerca do valor total das dívidas de cada consumidor, sendo possível visualizar esta a partir do gráfico 01 abaixo:

Gráfico 01 – Valor total das Dívidas - PF



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) de acordo com dados do SPC Brasil (2020)

Em relação aos inadimplentes, estima-se que houve um total de 60,8 milhões de consumidores negativados em fevereiro de 2020, representando 38,8% da população adulta. Com isso, dentro desses 60,8 milhões de consumidores negativados, têm-se que 36,63% devem até R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo seguido por 20,70% devem entre R 1.000,01 a R\$ 2.500,00.

2.5 DESAFIOS INSTITUCIONAIS NA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O EMPODERAMENTO FINANCEIRO

Decerto é que o ensino da educação financeira, desde o colégio, é de extrema necessidade para o brasileiro, visto que, através dos capítulos, pode-se inferir que o país possui a cultura do consumismo enraizado. Todavia, ao observar as estratégias de ensino e aprendizagem dessa matéria, constata-se que foi apenas em 2020 que o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu como obrigatório o ensino de Educação Financeira nas redes de ensino, exigindo que as instituições se adequassem às novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Souza *et al.*, 2022).

A Educação Financeira não é uma disciplina independente, pois essa precisa de uma contextualização multidisciplinar e, por isso, faz-se inerente que a grade curricular ofereça assuntos de matemática que irão suprir as necessidades na EF.

Todavia, cumpre salientar que abordagem restritiva não é prejudicial, mas sim deixa de elevar ao máximo potencial de entendimento (Souza *et al.*, 2022).

Dentre os desafios institucionais na inserção da educação financeira no Brasil, pode-se destacar a falta de recursos humanos especializado para lecionar a matéria (Souza *et al.*, 2022). Com isso, Cunha (2020) salienta que é reconhecido, que no contexto brasileiro, a capacitação, especialmente com financiamento governamental, não ocorre de maneira ágil e prática e, por esse motivo, mesmo com a implementação da EF como componente curricular, ainda falta que o Governo ofereça cursos para preparar os professores para perpassar o ensinamento desta.

Com isso, identifica-se a lacuna da preparação dos professores para ministrar o programa de Educação Financeira em sala de aula, sendo imperativo que o Governo insira, em sua política pública, o planejamento para a execução desta ação. Ademais, Alcantara (2023) ainda salienta a desvalorização e baixa remuneração dos professores no Brasil, fator esse que culmina em que muitos dos mestres passem por dificuldades financeiras, assim, faz-se necessário que esses não apenas se capacitem para ensinar, mas também internalizem para uso próprio.

O curso de capacitação deve tratar o professor não apenas como um educador, mas sim como um cidadão-consumidor, ora o qual também requer atenção e transformação em seus hábitos financeiros (Ribeiro *et al.*, 2021). Nesse íterim, em agosto de 2021, o MEC, em colaboração com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), apresentou um projeto de capacitação de docentes em Educação Financeira com o objetivo de atender 25 milhões de alunos da rede básica de ensino ao longo de três anos, todavia, esse não se pronunciou acerca da capacitação dos professores de igual rede (Souza *et al.*, 2022).

Com isso, prepondera-se que diversos são os obstáculos existentes para a inserção da Educação Financeira eficaz no Brasil, sendo a preliminar desta a ausência de recurso humano capacitado. Assim, o processo deve buscar avaliar as suas ferramentas para que, com isso, possa, de fato, ser inserido como componente curricular e disseminar o conhecimento para aprimoramento pessoal de cada indivíduo em formação.

Afirma-se que aprimorar a educação econômica culminará em cidadãos mais racionais em relação às suas escolhas de despesas, menos propensos à inadimplência e mais capacitados para uma gestão financeira familiar eficaz. Incorporar essa abordagem na agenda da política global pode conduzir à capacitação

financeira dos cidadãos e, conseqüentemente, impactar positivamente o equilíbrio do sistema financeiro e da economia (Albuquerque, 2023).

Por meio do ensinamento e conseqüente empoderamento financeiro, adquire-se a capacidade de prosperar e não apenas sobreviver com os recursos financeiros, pois eles representam uma ferramenta para a realização de nossas metas. Portanto, é fundamental conhecer a si mesmo e compreender as intenções e aspirações (Araújo, 2022).

Dominar a arte de conceber um plano financeiro que reduza ao mínimo a necessidade de recursos externos, como bancos e outros financiadores ou parceiros, os quais por vezes não compartilham dos mesmos princípios e objetivos da organização. Adicionalmente, possuir sagacidade financeira no contexto empreendedor envolve ter um planejamento sólido e uma perspectiva de longo prazo suficientemente ampla para antecipar eventos futuros. Portanto, o empoderamento financeiro abarca uma variedade de elementos cruciais para uma eficiente gestão de empreendimentos sociais, incluindo a elaboração de um plano estratégico de negócios (Ertel, 2020).

O plano de negócios vai além de um plano de intenções. Ele é basicamente, um mapa para se atingir o destino desejado. Idealmente, conduz do ponto de partida à meta final: do conceito básico do negócio a uma empresa saudável e bem-sucedida. Além disso fornece uma noção dos obstáculos, indicando caminhos alternativos (Ertel, 2020, online).

Araújo (2021) destaca a relevância do planejamento empresarial como a bússola que orienta o empreendedor na condução de seu empreendimento. Quando executado com êxito, esse plano traz à tona os frutos da análise de fatores como o mercado de fornecedores, o público consumidor, e a concorrência. Além disso, ele considera a viabilidade do negócio, especialmente no contexto do empreendedorismo social, onde se examina o impacto que a empresa terá na sociedade. Com isso, é imprescindível que o empreendedor elabore um plano de negócios e estabeleça metas para alcançar os objetivos da empresa.

Essas metas podem ser classificadas em curto, médio e longo prazo, e desempenham um papel crucial ao proporcionar ao empreendedor uma visão estratégica das ações futuras. Nesse estágio, fica evidente a necessidade da gestão estratégica, que analisa as oportunidades de mercado e capitaliza sobre os pontos fortes da empresa para aproveitar essas oportunidades, enquanto trabalha na melhoria das fraquezas para evitar possíveis ameaças (Carneiro, 2022).

A instrução voltada para a compreensão de questões financeiras, conforme definida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2005, busca "cultivar os valores e competências necessários para que indivíduos se tornem mais conscientes das oportunidades e riscos intrínsecos a tais assuntos e, assim, possam tomar decisões bem embasadas...". O conhecimento confere liberdade, tornando, portanto, imperativo adquirir competência em matéria de finanças (Leal, 2020).

Para além de proporcionar um maior controle e entendimento acerca do dinheiro, essa educação habilita a fazer escolhas fundamentadas, considerando os riscos e vantagens, tanto em âmbitos pessoais quanto empresariais. Lamentavelmente, a deficiência educacional financeira existente no Brasil resulta em um escasso conhecimento em princípios financeiros básicos entre os brasileiros, o que eleva o risco de endividamento, sobretudo entre a parcela mais desfavorecida da população.

Essa constatação encontra respaldo nos dados divulgados pela Serasa Experian no ano de 2019, que apontam que aproximadamente 63,2 milhões de indivíduos estavam em situação de inadimplência. Isso corresponde a cerca de 40,4% da população adulta no Brasil durante o mesmo ano. De acordo com a pesquisa, esse número estabeleceu um novo patamar, uma vez que, no mesmo mês do ano anterior, havia uma redução de dois milhões de pessoas com dívidas em atraso. Esses indicadores estão intimamente relacionados ao número de empresas que encerram suas atividades anualmente, o que reflete uma administração financeira inadequada. Muitas vezes, essa gestão deficitária tem origem no descontrole financeiro pessoal, o qual, por sua vez, exerce influência sobre o cenário empresarial (Albuquerque, 2023).

Portanto, é essencial a conexão entre o ensino da educação financeira e o campo do empreendedorismo, especialmente no âmbito do empreendedorismo social, devido à sua profunda relevância para a sociedade. Em uma entrevista à Rede Catarinense de Notícias em 2019, a especialista em instrução financeira, Lima (2021) ratificou essa alegação, afirmando que "um dos principais fatores que resulta no fechamento dessas empresas ocorre nos primeiros dois anos de existência, com um aumento ainda mais pronunciado após cinco anos. A raiz desse problema reside, precisamente, na gestão financeira ineficaz."

Dessa maneira, o empoderamento financeiro refere-se à capacidade das pessoas de adquirir o conhecimento, as habilidades e os recursos necessários para

tomar decisões financeiras informadas e alcançar a independência financeira. É um processo pelo qual as pessoas assumem o controle de suas finanças pessoais e são capazes de gerenciar eficazmente seus recursos financeiros (Araújo, 2022).

Uma parte fundamental do empoderamento financeiro é a educação financeira. Isso implica aprender sobre conceitos financeiros básicos, como orçamento, poupança, investimentos, dívidas, juros e impostos. Quanto mais uma pessoa compreende esses conceitos, melhor ela pode tomar decisões financeiras que se alinhem com seus objetivos financeiros a longo prazo (Ribeiro, 2020).

O empoderamento financeiro também envolve o desenvolvimento de habilidades práticas, como a capacidade de criar e seguir um plano financeiro, fazer escolhas conscientes de gastos, poupar para emergências e investir com sabedoria. Além disso, envolve a compreensão dos riscos financeiros e a capacidade de tomar decisões informadas sobre como mitigá-los (Carneiro, 2022).

Além disso, o empoderamento financeiro não se trata apenas de acumular riqueza, mas também de criar segurança financeira e estabilidade. Isso inclui o planejamento para eventos imprevistos, como emergências médicas ou perda de emprego, bem como o planejamento para o futuro, como a aposentadoria (Albuquerque, 2023).

Com isso, o empoderamento financeiro é fundamental para que as pessoas possam tomar controle de suas vidas financeiras, tomar decisões bem-informadas e alcançar seus objetivos financeiros, proporcionando maior segurança e liberdade financeira (Ribeiro, 2020).

2.6 A PROBLEMÁTICA DO CONSUMISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Gastos excessivos não é uma preocupação contemporânea, sendo possível identificar a presença desta desde a Idade Média. Ocorre que, para que seja possível entender a importância da educação financeira e a necessidade de uma melhor gestão de recursos financeiros, faz-se necessário, preliminarmente, conceituar o contexto histórico do consumo, visto que esse é essencial para o entendimento das consequências sociais da ausência de uma educação eficaz.

A partir desse aspecto, a literatura clássica, como Veblen (1987), discorre que o consumo é partícipe de uma relação com lazer e consumo, sendo esses os maiores

propulsores dos gastos excessivos. O elo teórico existente entre esses elementos advém dos hábitos exercidos pela chamada “classe ociosa”, sendo lazeres como ir a shoppings e fazer compras associadas a lazer.

Ocorre que, conforme observa Taschner (2000), o ato de comprar em si não é uma prática de lazer, mas sim um ritual de aquisição para galgar posição social, pois o ser é aquilo que ele possui nas sociedades contemporâneas e, por isso, o poder aquisitivo com lazer é, em fato, um instrumento de competição social. Assim, o poder aquisitivo é uma forma de se diferenciar dos demais, possuindo um caráter de excepcionalidade em razão pelos objetos que o homem possui. Para Veblen (1987) o consumir é uma forma não apenas de construir identidades sociais, mas também de as afirmar, diferenciar e ainda excluir demais indivíduos que não possuem o mesmo patamar aquisitivo.

Não obstante o consumo, na atualidade, funcionar como forma de identificador social, importa salientar que esse perpassou por alterações estruturais conforme as mudanças ocorridas nas relações sociais e, desse modo, a cultura do consumo está diretamente associada a essas transmutações (Lopes, 2021). De acordo com Carvalho (2015), o consumo pode ser analisado a partir do aspecto biológico, sendo possível observar que, desde a era paleolítica, o homem extrai, armazena e troca elementos para os consumir e, assim, prover a própria subsistência.

O consumo se baseia em necessidades primordiais para o homem e para a sociedade na qual ele está inserido. Diferente do consumismo, que pode se traduzir no ato, ou hábito, de adquirir produtos, em sua maioria supérfluos, de maneira muitas vezes compulsiva, sem que haja a necessidade real de adquiri-los, ou que os objetos sejam imprescindíveis à manutenção e desenvolvimento humano. (Carvalho, 2015, p. 174)

Com isso, indubitável é que o homem possui a intrínseca ação de consumidor, contudo, essa é de caráter essencial para a manutenção da vida e das necessidades fisiológicas. Assim, antes esses elementos eram retiradas da natureza, através de próprio esforço ou da comunidade nômade da qual era parte, possuindo o objeto de alimentar, hidratar aquecer e proteger.

Em face do desenvolvimento das civilizações e a erradicação do movimento nômade em diversas áreas do globo, foram inventadas novas formas de conseguir os elementos de manutenção da vida, sendo, em primeiro momento, através do escambo, o qual foi substituído pelo ouro e após pela moeda (Taschner, 2000).

Decerto é que, através da elucidação acima, pode-se constatar que existem duas formas de consumo, sendo esse o para subsistência própria e da família e o chamado consumo conspícuo. De acordo com Lopes (2021), o termo “consumo conspícuo” foi popularizado pelo sociólogo e economista Thorstein Veblen em seu livro "A Teoria da Classe Ociosa" (1899), sendo esse aplicado para definir a prática de adquirir bens e serviços com o objetivo de exibir status social, riqueza ou prestígio, em vez de atender a necessidades básicas ou funcionais. Assim, ao falar sobre “classe ociosa”, o autor não se refere a pessoas que estão desocupadas no sentido tradicional, mas sim à elite social que, em sua visão, não está envolvida em atividades produtivas, como o trabalho manual ou intelectual produtivo.

Nesse ínterim, identifica-se que a classe ociosa, de acordo com Veblen (1899), caracteriza-se por uma ênfase no consumo conspícuo, onde o status social é demonstrado por meio de padrões distintivos de consumo em vez de contribuições produtivas para a sociedade. Com isso, a busca por prestígio e reconhecimento social leva a uma competição dentro dessa classe para adquirir bens e serviços de alto status, mesmo que esses itens não tenham necessariamente um valor funcional significativo e, por isso, não geram apego, sendo mais um objeto dentro de inúmeros outros adquiridos para formar e afirmar a identidade social.

Para melhor observar a cultura do consumo atual, deve-se atentar para a classe ociosa de cada época, bem como as revoluções sociais e consumeristas perpassadas por esta. Assim, ao que concerne ao século XVII, ora esse que foi palco para a centralização do absolutismo na França, pode-se observar que houve uma expressiva alteração no padrão de consumo, pois a aristocracia passou a cultivar o “eu” e, com isso, investir em sua própria imagem, deixando para seus antecessores o culto à família através das novidades. Dessa forma, segundo Taschner (2000), a tradição não mais era valorizada, então as relíquias não mais eram ostentadas e sim as novidades, ou seja, os bens mais valiosos lançados à época.

Tal qual a França, a Inglaterra seguiu os mesmos moldes, na qual a aristocracia se concentrava seu padrão de consumo em renovação constante, adquirindo todas as últimas tecnologias, sendo a exclusividade destas bem vista com alto poder hierárquico social (Lopes, 2021).

Carizani (2018) disserta que outro ponto da história em que houve a transmutação do padrão de consumo foi a Revolução Industrial, ora essa em que houve a inserção de maquinário nos meios de consumo. Com a inserção da

tecnologia, essa que trouxe um novo modo de produção além do artesanal, houve um aumento dos estoques e, de forma consequencial, diminuição da qualidade e redução nos valores destes.

Coelho e Paim (2020) apontam que o final do século XVIII foi um período marcado por mudanças significativas, sendo essas promovidas pela necessidade política de expandir a indústria. Desse modo, a fim de impulsionar o setor, o Estado passou a buscar incentivo e recursos financeiros junto à burguesia, dando espaço para a instalação de empresas multinacionais por meio de concessões fiscais e o estabelecimento de um sistema educacional voltado para a capacitação da mão de obra.

Ocorre que, fazia-se necessário que não apenas a elite consumisse esses novos objetos, mas sim o povo não ocioso, havendo a promoção ao consumo de bens com menor custo. Assim, foi apenas no século XIX que o segmento alcançou classes média e baixa, visto que a conjuntura era marcada pelo aumento da renda e a redução de preços associada ao aumento da produção, dessa forma, têm-se que com o aumento do poder de compra das classes sociais vinculadas ao trabalho industrial, o consumo deixou de ser privilégio de uma elite restrita, tornando-se acessível às massas (Taschner, 2000).

Ocorre que, com a expansão das possibilidades aquisitivas para demais classes, a aristocracia ainda assim queria conquistar um patamar de diferenciação e, por isso, segundo Hubert (2011), essa passou a estabelecer códigos de reconhecimento social associados ao nascimento e preservava seus privilégios por meio do uso de bens inacessíveis, trazendo os produtos de luxo para um padrão para pertencer a tal classe social. Ou seja, a aristocracia era identificada e distinguida através da ostentação, bem como pelo poder que sua família carregava pelo sobrenome, assim, unindo a tradição a renovação.

Nesses termos, infere-se que o consumo não mais se baseava em suprir as necessidades essenciais para a manutenção da vida, mas sim para satisfazer um símbolo social mais profundo. Ocorre que, com a incansável busca para alcançar esse status social de tamanho prestígio, muitos se endividavam em consequência, pois suas condições não acompanhavam o seu real poder aquisitivo (Lopes, 2021).

Com a virada para o século XIX, houve a criação das lojas de departamento, sendo esse um marco significativo para a relação entre lazer e o consumismo, sendo esse estilo de consumo impulsionado pelo surgimento da publicidade e do marketing

(Santos; Grossi, 2007). Em necessidade de acompanhar o novo paradigma, os países periféricos passaram a industrializar, criando maiores empregos, bem como replicando o modelo adotado pela Europa (Lopes, 2021).

Em face da produção local, houve a melhoria de qualidade de vida dos países, levando a sociedade destes a também replicar padrões de consumo dos países Europeus, podendo observar esse movimento, principalmente, nas décadas de 1950 e 1960, especialmente no que se refere a bens de luxo. Ao que concerne o ponto de convergência entre os países Europeus e da América é a inserção, através da publicidade e do marketing, de novos objetos de desejo, havendo uma constante criação e renovação de necessidades para suprir o status social (Coelho; Paim, 2020).

Diante da nova conjuntura, a fim de manter o consumo em um padrão cíclico, foi inventada a obsolescência programada, consistindo essa na diminuição do tempo de vida útil do produto para que os consumidores voltassem a os consumir e, assim, manter a constante necessidade de realizar novas compras (Coelho; Paim, 2020).

O termo "obsolescência programada" foi cunhado pelo economista Bernard Lonergan em 1933, quando propôs a teoria da redução da durabilidade de objetos para incentivar um ciclo de recompra, mantendo assim o mercado em constante estímulo (Oliveira, 2019). Embora a prática mais comum dessa obsolescência seja a redução da vida útil, vale ressaltar que ela pode ocorrer de outras formas, seja devido à função, qualidade ou desejabilidade (Packard, 1965).

No contexto da obsolescência programada relacionada à função, observa-se claramente seu impacto no setor tecnológico, onde a constante evolução exige inovações para que os produtos existentes possam competir em um mercado dinâmico, desse modo, os produtos tecnológicos passam por modificações frequentes, incorporando melhorias não essenciais ao modelo já presente no mercado (Oliveira, 2019).

Quanto à obsolescência por qualidade, essa é uma abordagem mais rudimentar, estabelecendo um tempo predeterminado de vida útil para que o produto perca sua funcionalidade e eficácia, condicionando o consumidor a substituir o item que já não é mais útil por um novo (Garcia; Souza; Neves, 2020). Por fim, de maneira mais complexa, a obsolescência de desejabilidade está intrinsecamente ligada à publicidade de um produto, utilizando estratégias, que podem ser desleais, para impactar psicológica e emocionalmente o consumidor, criando o desejo de aquisição. Essa prática estimula o consumo não apenas pela funcionalidade do produto, mas

também por elementos exteriores, como moda, aversão ao "velho" e, especialmente, as estratégias publicitárias (Packard, 1965).

Assim, pode-se consagrar que o capitalismo introduziu no mercado a prática do hiperconsumo, associando a ação de consumir a uma necessidade humana. As três facetas da obsolescência programada são aplicadas para diversificar a oferta de produtos de acordo com as necessidades dos consumidores, segmentar e incentivar a competitividade entre as empresas, além de condicionar o consumidor ao sentimento de satisfação instantânea associado à compra (Coelho; Paim, 2020). Ocorre que, a sociedade de massa, quando combinada com a obsolescência programada, gera não apenas um aumento significativo no consumo, mas também um descarte excessivo, uma vez que os produtos considerados "antigos" perdem sua utilidade (Garcia; Souza; Neves, 2020).

Dentro desse aspecto, atenta-se que o consumo é multifacetado, pois está interligado com a necessidade do Estado de movimentar capital, com o emocional dos indivíduos, como forma de consolidar e afirmar status social, com os meios de produção. Com isso, atenta-se que a educação financeira é essencial para o indivíduo, pois conscientiza o indivíduo e, assim, previne que esse se endivide.

A ausência de educação financeira está intrinsecamente interligada ao consumismo, uma vez que os financeiramente analfabetos carecem de habilidades para gerir seus recursos de maneira adequada e, com isso, gastam mais do que seus orçamento permitem, culminando em endividamentos (Garcia; Souza; Neves, 2020).

Lucas (2017) define o consumismo como uma compulsão na qual as pessoas adquirem bens, mercadorias e/ou serviços de forma indiscriminada e desnecessária, ou seja, gastam recursos com bens que não são de manutenção e que podem ser configurados como supérfluos. Assim, o consumismo pode ser influenciado por alguns fatores e, entre eles, principalmente a mídia, pois é através desta que o capitalismo induz a psique humana a adquirir o bem ou serviço.

A mídia são os meios de comunicação em massa, com isso, esses instrumentos possuem como objetivo transmitir informações e entretenimento para o público, sendo, na atualidade, a principal forma de promoção de produtos e serviços, pois criam objetos de desejo (Kotler, 2012). Ocorre que, a televisão, internet e rádio exercem expressiva influência sobre o comportamento das pessoas, podendo, inclusive, impulsionar o consumo excessivo, culminando em distúrbios psicológicos.

O marketing produzido pelas empresas capitalistas colocam o objeto e/ou serviço como um bem de consumo que vai ocasionar felicidade, prazer ou ainda impingir destaque através de ascensão social ou afirmação de determinado status, contudo, conforme aponta Araújo *et al.* (2018), o consumismo é resultado de carência emocional.

Para que se possa entender a perspectiva do autor Araújo *et al.* (2018) ao colocar o consumismo como resultado de carência emocional, deve-se, preliminarmente, realizar uma análise crítica acerca do marketing colocar o ato de comprar como um ato que irá prover satisfação e, com isso, muitas pessoas realizam compras em excesso sob o objetivo de preencher lacunas existentes advindos de ansiedade, depressão, baixa autoestima ou ainda outras problemáticas.

Diante de tal conjuntura da problemática do consumismo, pode-se identificar algumas das suas principais causas, sendo essas dispostas na Figura 04 abaixo:

Figura 4 – Causas do Consumismo



Fonte: Adaptado de Araújo *et al.* (2018, p. 13)

A Figura 04 é uma adaptação da teoria de Araújo *et al.* (2018, p. 13) e, dessa forma, cumpre explicar cada causa do consumismo de forma detalhada, conforme o autor, em respectiva ordem como é disposta na imagem.

A primeira causa a ser dissertada é a ausência de educação financeira formal, sendo essa a ausência de acesso de material didático sobre finanças desde o ensino básico. Com isso, segundo o autor Araújo *et al.* (2018), quando não ensinado desde a primeira infância a ter consciência sobre o uso do dinheiro, a criança cresce sem consciência e, com isso, possui alta probabilidade de desenvolver o consumismo em razão das influências externas e ausência de conhecimento.

A segunda causa é a deficiência na educação financeiro em ambiente familiar, com isso, têm-se que os filhos aprendem com seus pais a importância e como utilizar o dinheiro, replicando as ações por acreditar que estas estão corretas. Assim, quando pais não possuem um relacionamento saudável com a gerência de recursos financeiros, esses podem influenciar seus filhos, criando uma ação em cadeia.

A próxima causa é o excesso de marketing e a profusão de ofertas de produtos, possuindo esses expressivo impacto sobre as decisões de compra. Decerto é que o indivíduo deve buscar os melhores preços para adquirir seus bens, contudo, há uma diferença entre a compra por necessidade e por oportunidade, sendo o marketing e as ofertados propulsores da compra por oportunidade, fazendo com que um dinheiro que não foi planejado para ser gasto, seja utilizado em uma compra em face do seu valor abaixo do padrão (Garcia; Souza; Neves, 2020).

A ampla oferta de crédito é um estímulo governamental, sendo essa aliada a bancarização da população, promovendo um cenário de facilidade de empréstimos, os quais podem ser armadilhas, pois apresentam taxas de juros exorbitantes, resultando em encargos significativos. Do mesmo modo, há o cheque especial e o cartão de crédito, os quais podem apresentar taxas elevadas em caso do indivíduo não conseguir arcar com a fatura do mês, resultando em uma “bola de neve⁵” de juros, aprisionando o consumidor até a quitação (Hubert, 2016).

Financiamentos a longo prazo são destinados a bens de alto valor, a exemplo de veículos e imóveis e, com isso, apresentam taxas de juros mais baixas, contudo,

⁵ Fig. Fato, situação, condição etc. que progride e se avulta ao gerar consequências que por sua vez resultam em novas consequências, assim como uma bola de neve aumenta de volume ao rolar por uma encosta nevada: A dívida com o banco virou uma bola de neve. Disponível em: https://www.aulete.com.br/bola%20de%20neve#google_vignette. Acesso em: 01 nov. 2023.

os compromissos financeiros podem impactar a renda por um extenso período, reduzindo a qualidade de vida em razão da diminuição dos ganhos disponíveis (Vieira, 2022).

Por fim, há a cultura do brasileiro, sendo essa demarcada pelo consumismo intrínseco a natureza. Ocorre que, esse consumismo exacerbado advém da influência norte americana, somado ao fato de que o brasileiro tem uma predisposição a curtir o momento através de viagens, exposições pessoais, experiências sofisticadas. Com isso, em razão do fator cultural, deve-se observar ainda mais as estratégias de educação financeira que o governo implementa para educar a sua sociedade, prevenindo que essa acumule dívidas e, com isso, prejudiquem o desenvolvimento financeiro do país (Hubert, 2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente capítulo, busca-se apresentar a metodologia científica empregada para o engendramento trabalho de conclusão de curso, com isso, busca-se compreender a metodologia utilizada, a qual, segundo Gil (2008), consiste em um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para a formação de um conhecimento verdadeiro e rigoroso sobre uma temática específica.

A metodologia científica, por sua vez, representa um caminho que confere notoriedade e autenticidade às hipóteses levantadas em uma pesquisa, garantindo que estas sejam extraídas de maneira íntegra e estejam em conformidade com os fundamentos teóricos, assim como com a realidade da temática em questão.

Dessa forma, a metodologia científica tem como ponto de partida indagações que orientaram a pesquisa, delineando a caracterização e estruturação do método utilizado, as fontes primárias de embasamento empírico, a unidade de análise selecionada e os critérios que orientaram a escolha dos casos, assim como as categorias inerentes à análise.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Neste capítulo, foi introduzida uma análise voltada para a metodologia selecionada e seu papel crucial neste estudo, que se baseia no conceito de "bibliometria". Buscou-se elementos orientadores para moldar a evolução e as limitações deste trabalho, bem como para estruturar o processo de análise metodológica.

De acordo com Vasconcelos (2014), a bibliometria viabiliza a análise do panorama da ciência e tecnologia ao examinar a totalidade da produção científica arquivada em um repositório de informações. Trata-se de uma abordagem que possibilita posicionar um país no contexto global, situar uma instituição em relação a uma nação e situar cientistas individuais em relação às suas próprias comunidades científicas. Essa técnica se fundamenta na contagem de documentos científicos, patentes e referências bibliográficas.

Consoante com o propósito do estudo de bibliometria, os dados podem abarcar tanto o conteúdo textual de uma obra quanto os detalhes extraídos dos registros bibliográficos presentes em bases de dados, englobando informações como identificação de autores, títulos, fontes, idioma, termos-chave, categorizações e referências (Gomes; Lima; Dal Vesco, 2020).

Assim, a técnica de pesquisa de bibliometria pode ser instrumental na detecção de tendências de expansão do conhecimento dentro de uma dada área de estudo, na análise da difusão e declínio em campos científicos específicos, na identificação de autores e instituições mais prolíficas, bem como na identificação dos periódicos de maior utilização para a disseminação de pesquisas em domínios particulares do conhecimento.

Consoante Rodrigues (2023), o emprego da bibliometria é frequentemente observado em pesquisas científicas na esfera das ciências sociais aplicadas. A investigação bibliométrica envolve a análise das atividades científicas e técnicas, fazendo uso de técnicas estatísticas e matemáticas, com o intuito de identificar as características específicas dos autores, os métodos utilizados e a tipologia das publicações acadêmicas. Essa abordagem visa antecipar o processo de produção textual empregado.

Desse modo, as análises bibliométricas oferecem um valioso auxílio na organização das pesquisas realizadas em um determinado campo do conhecimento, fornecendo um panorama abrangente das obras existentes e facilitando a identificação de tópicos suscetíveis a investigações em futuros estudos (Morais, 2021).

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Conduziu-se uma pesquisa abrangente com o objetivo de explorar as discussões em torno da integração da Educação Financeira no contexto brasileiro. O propósito foi traçar um panorama amplo das produções acadêmicas nesse domínio de conhecimento ao longo de diferentes períodos e locais, além de examinar as metodologias e condições subjacentes a esses estudos. É importante observar que, em certas ocasiões, a revisão bibliométrica assume um papel inicial e conciso nas investigações acadêmicas, embora haja casos em que a realização desse mapeamento reflexivo constitui a própria metodologia e enfoque principal da pesquisa. Para alcançar esse intento, a seguir são delineados os seguintes passos para conduzir a revisão bibliométrica no presente estudo:

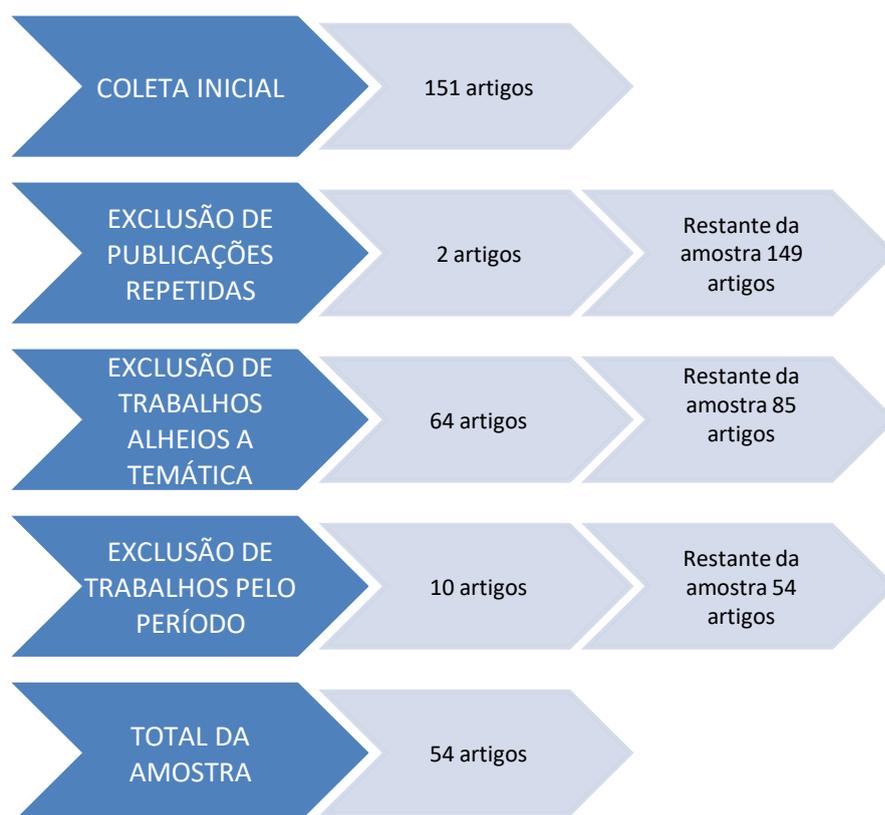
- a) Estabelecimento dos termos-chave para orientar a busca de informações pertinentes.
- b) Identificação de repositórios de teses e dissertações relevantes para a pesquisa.
- c) Estipulação de critérios para a seleção do material que comporá o conjunto de dados analisado.
- d) Coleta de material de pesquisa, incluindo as fontes identificadas.
- e) Avaliação das obras, com a elaboração de resumos preliminares.
- f) Organização dos relatórios, que englobam os resumos e destacam as tendências dentro do tema em análise.
- g) Execução da análise e formulação de conclusões preliminares com base nas informações obtidas.

A pesquisa em foco estabeleceu dois propósitos ao analisar documentos: promover uma avaliação crítica das abordagens relativas à Educação Financeira no contexto do mercado e à influência exercida sobre os indivíduos, ao mesmo tempo em que busca contribuir com a formulação de alternativas.

O enfoque metodológico adotado baseou-se na pesquisa qualitativa, empregando a pesquisa documental como estratégia para examinar duas perspectivas: uma que enxerga a Educação Financeira como um fenômeno decorrente das mudanças na dinâmica do sistema capitalista, e outra que busca

apontar diretrizes para a incorporação da Educação Financeira nos sistemas educacionais. A Figura 5 expõe os critérios de seleção da amostra:

Figura 1 – Critérios de seleção da amostra de artigos



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

De acordo com a Figura 5 apresentada, primeiramente procedeu-se a uma investigação no banco de dados, com o objetivo de identificar os termos "educação financeira", "alfabetização financeira" e "finanças pessoais", individualmente, em

campos como Título, Resumo e Palavras-chave. Posteriormente, as bases de dados foram combinadas e submetidas à análise utilizando o vos viewer.

3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Optamos por utilizar o repositório de artigos científicos denominado Spell (Scientific Periodicals Electronic Library) devido à sua reputação como uma das principais plataformas na área de Administração, Contabilidade e Turismo, que agrega uma ampla variedade de produções acadêmicas nesses campos. Além disso, essa plataforma é identificada como o ambiente mais promissor para encontrar um grande número de pesquisas relacionadas à Educação financeira, conforme ressaltado por Albuquerque (2023).

A análise da existente produção científica desempenha um papel crucial, pois oferece uma perspectiva global sobre como um tema específico está a ser explorado, identifica possíveis lacunas na abordagem e sugere como novos problemas de pesquisa podem ser incorporados. A bibliometria, por sua vez, implica numa avaliação abrangente das pesquisas científicas, com o intuito de extrair dados acerca das características das publicações, mediante a aplicação de métodos e técnicas estatísticas e matemáticas. Dentre as principais normas da bibliometria, podem ser mencionadas as Leis de Lotka, a Lei de Brandford e a Lei de Zipf, como aludido por Morais (2021).

Têm-se que as leis comentadas seguem uma mesma linha de raciocínio lógico, sendo esse observado em um pequeno conjunto de autores (Lei de Lotka), periódicos (Lei de Bradford) e palavras (Lei de Zipf), os quais predominam nas produções, publicações e uso recorrente na área de pesquisa (Quevedo-Silva et al., 2016).

A Lei de Lotka, também conhecida como Princípio do Inverso do Quadrado, busca destacar a produtividade científica de um grupo específico de autores em relação a outro grupo menos prolífico em um determinado tema. O objetivo principal é demonstrar que um campo de conhecimento se torna mais produtivo à medida que seus autores geram um volume maior de artigos ao longo de suas trajetórias acadêmicas (Chueke; Amatucci, 2015).

A Lei de Bradford, por sua vez, aborda a distribuição de artigos em periódicos científicos sobre um determinado tema, com isso, os periódicos são categorizados em três grupos: a) Grupo A, composto por periódicos que publicam mais de quatro artigos

por ano; b) Grupo B, com periódicos que publicam mais de uma e não menos de quatro artigos por ano; e c) Grupo C, constituído por periódicos que publicam um artigo ou menos por ano. Para aplicar essa lei, os periódicos são listados em ordem decrescente com base no número de publicações, e é realizada uma soma acumulativa para que, ao final, a totalização de artigos é dividida por três. Desse modo, os periódicos que possuem mais artigos até atingir um terço do total de artigos publicados são considerados o grupo central sobre o tema, enquanto o segundo e terceiro grupos são considerados extensões (Pinheiro; Almeida, 2020).

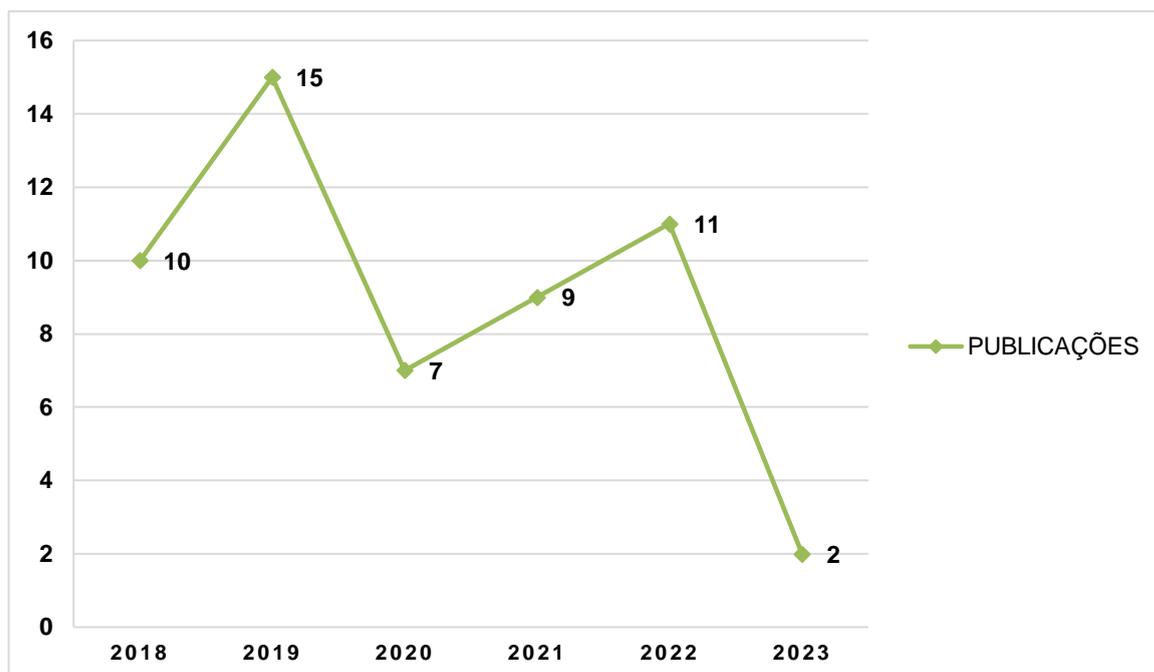
Por fim, ao que tange a Lei de Zipf, essa discute acerca da análise da distribuição e frequência das palavras em textos específicos, sendo empregada para avaliar as palavras presentes e, assim, compreender o tema abordado (Cassetari et al., 2015). Desse modo, segundo essa lei, há uma economia no uso de palavras, regida pelo princípio do menor esforço, uma vez que as palavras mais frequentemente utilizadas indicam o tema do artigo. Válido é apontar que, ao listar a ocorrência das palavras, a multiplicação da posição da palavra na lista pela sua frequência é aproximadamente igual a uma constante, sendo essa expressa pela equação $r \cdot f = k$, onde r é a posição da palavra na listagem, f é a sua frequência, e k é a constante resultante (Pinheiro; Almeida, 2015).

As bases de dados utilizadas foram, *Web Of Science*, utilizando, posteriormente, o programa *VosViewer* (versão 1.6.8), o qual é uma ferramenta de software destinada à construção e visualização de redes bibliométricas, assim, esse abrange diversos elementos, como periódicos, pesquisadores ou publicações individuais, e são desenvolvidas com base em relações de citação, acoplamento bibliográfico, co-citação ou co-autoria. Ademais, o VOSviewer oferece funcionalidades de mineração de texto, possibilitando a criação e visualização de redes de co-ocorrência de termos relevantes extraídos de um conjunto de literatura científica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi constatada a presença de 128 publicações relacionadas ao termo "educação financeira", 13 publicações abordando o conceito de "alfabetização financeira" e 10 publicações tratando do tema "finanças pessoais", totalizando 151 trabalhos. Para estabelecer os parâmetros da pesquisa, foram removidas duas publicações que continham termos duplicados. Além disso, após uma análise minuciosa dos artigos, 64 trabalhos que não tratavam da temática em questão foram excluídos. O gráfico a seguir ilustra a seleção, levando em conta os critérios estabelecidos e a data limite entre 2018 e 2023.

Gráfico 02 – Publicações de acordo com o ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Dentro desse aspecto, têm-se que foram publicados no período de corte 54 artigos. Conforme retratado no gráfico, o ano que mais houve publicações foi em 2019 (15 artigos), sendo seguido por 2022 (11 artigos) e, em terceiro lugar, em 2018 (10 artigos).

Este segmento se dedica à investigação do panorama de estudos relacionados à Educação Financeira, examinando como a temática tem sido abordada por pesquisadores no âmbito da pesquisa científica nacional. Foi conduzida uma análise em 33 artigos previamente selecionados, obtidos nas bases de dados Spell, Scopus e Web Of Science e, mediante o uso de critérios de pesquisa voltados para a Educação Financeira e a Alfabetização Financeira (Albuquerque, 2023).

É perceptível a existência de diversos grupos reduzidos de pesquisadores que operam de forma isolada, refletindo uma colaboração limitada entre eles. A ausência de uma rede robusta e amplamente abrangente de pesquisadores pode ser, em parte, justificada pelo estágio inicial das pesquisas que abordam questões relativas à Educação Financeira e à Alfabetização Financeira. A fragmentação se torna especialmente notável quando se identifica a presença de três componentes compostos por pesquisadores individuais, ou seja, autores que conduziram suas investigações e publicaram seus trabalhos independentemente, sem a colaboração de outros especialistas na área (Albuquerque, 2023).

No contexto qualitativo da pesquisa, optou-se pela aplicação da análise de conteúdo, juntamente com a análise crítica do discurso como abordagens metodológicas. Além disso, foram identificados métodos menos ortodoxos, como a resolução de desafios matemáticos, a criação de representações visuais de palavras e a intervenção direta no cenário sob escrutínio (Ertel, 2020).

Ao considerar essas perspectivas, torna-se claro que existe uma continuidade nas propostas, geralmente com uma abordagem descritiva de natureza quantitativa, por meio da coleta de dados por meio de questionários. A única diferença reside na técnica usada para analisar os dados. No entanto, o que realmente importa é alcançar os objetivos, independentemente da abordagem escolhida. Da mesma forma, as várias metodologias mencionadas contribuem para não limitar as futuras pesquisas, permitindo que elas não se restrinjam a abordagens específicas (Albuquerque, 2023).

No que concerne às ponderações feitas, é relevante ressaltar que, de uma perspectiva histórica, ocorreram transformações substanciais no que se refere à educação financeira. Em épocas passadas, toda a riqueza era esperada como resultado direto do trabalho, enquanto outras maneiras de acumulação eram consideradas moralmente inaceitáveis, devido à influência exercida pela Igreja. No entanto, na conjuntura atual, observa-se uma maior tolerância em relação às práticas financeiras e até mesmo uma promoção das mesmas. Esse contexto oferece um terreno propício para o desenvolvimento de iniciativas relacionadas à Educação Financeira.

No entanto, Lima (2021) destaca a presença de outros elementos que merecem consideração. A pesquisa bibliográfica e documental realizada por esses autores indicou que, especialmente no contexto brasileiro, os desafios relacionados à gestão de recursos estão associados a aspectos históricos e culturais. Isso envolve a lida com índices elevados de inflação e a complexidade dos produtos financeiros disponíveis.

No âmbito prático, Araújo (2021) revelaram uma outra tendência. Os autores assinalaram que os estudantes de pós-graduação de uma instituição de ensino privada em São Paulo demonstraram níveis de competência financeira relativamente baixos, o que se deveu à falta de experiência com a instabilidade econômica que o país enfrentou nas décadas anteriores.

Como resultado, esses estudantes tinham uma inclinação em direção a uma cultura de consumo, o que frequentemente resultava em endividamento, apesar das

diversas informações disponíveis na mídia para orientação financeira. Ao mesmo tempo, essas pesquisas também apontaram características complementares que indicavam deficiências no sistema educacional, incluindo a ausência de currículos sólidos projetados para proporcionar apoio completo aos alunos nessa área.

As observações de Albuquerque (2023) acrescentam novas perspectivas a essas considerações. O estudo realizado com jovens brasileiros revela que a Educação Financeira é um tema pouco abordado nas salas de aula. Além disso, a introdução desse tópico ocorre de forma tardia e se limita principalmente aos conteúdos de matemática, como também observado por Oliveira (2021). Apesar dessa restrição, os participantes reconhecem a relevância do assunto e enfatizam a necessidade de sua implementação gradual. Portanto, isso indica que há um processo de conscientização em andamento, ainda que incipiente, entre as pessoas.

Essa foi uma das conclusões alcançadas durante a pesquisa realizada por Morais (2021). No entanto, esses investigadores também constataram que os níveis identificados eram relativamente baixos. Além da competência financeira limitada identificada, foi possível observar uma tendência em direção a um perfil conservador em relação à disposição para investir.

Outra conexão com o nível identificado está relacionada ao perfil socioeconômico e demográfico, já que as dificuldades costumam afetar grupos particulares. Os estudos indicaram que as variáveis mais impactantes eram o gênero, o nível de escolaridade e a renda, sugerindo que as políticas deveriam concentrar seus esforços em apoiar mulheres com baixa escolaridade e renda.

Além desses elementos, também foi investigada a potencial influência de fatores como idade, estágio de vida, trajetória profissional e localização geográfica. Também se observou uma tendência a melhores resultados quando há exposição a conteúdos financeiros. No entanto, é importante notar que um estudo discrepante foi conduzido por Araújo (2022), indicando que fatores como gênero, classe social, etnia e área de estudo não demonstraram ter um impacto significativo. Mudando a perspectiva, é relevante destacar que, apesar do foco na avaliação do nível de competência, houve pesquisas voltadas para a proposição de estratégias de apoio ou intervenção no contexto da pesquisa.

Carneiro (2022) examinaram as iniciativas promovidas pelo governo, OCDE e Mastercard. Eles identificaram um interesse em questões ligadas à Educação Financeira e observaram que essas instituições compartilham princípios, abordagens

e áreas de atuação semelhantes, com o propósito de auxiliar indivíduos que enfrentam desafios na gestão de seus recursos financeiros.

Por contraste, Albuquerque (2023), ao analisar o teor presente nos websites dedicados à Educação Financeira nos Estados Unidos, França e Brasil, constatou que, independentemente da abordagem adotada, o objetivo fundamental era oferecer auxílio àqueles que acessavam essas páginas. Mudando o enfoque para um viés mais pragmático, Pabis (2022) implementaram uma metodologia destinada à resolução de questões matemáticas complexas.

Ao longo da pesquisa, os estudantes demonstraram proficiência na resolução dos problemas, graças à interpretação aprimorada e à abordagem investigativa empregada. Essa metodologia de ensino requeria dos alunos um envolvimento ativo, diferente da abordagem tradicional que estavam acostumados a receber. Como resultado, eles conseguiram assimilar os fundamentos da Educação Financeira, ressaltando a urgência de redesenhar os planos de ensino escolar e capacitar os educadores para oferecer apoio aos estudantes nessa jornada educacional.

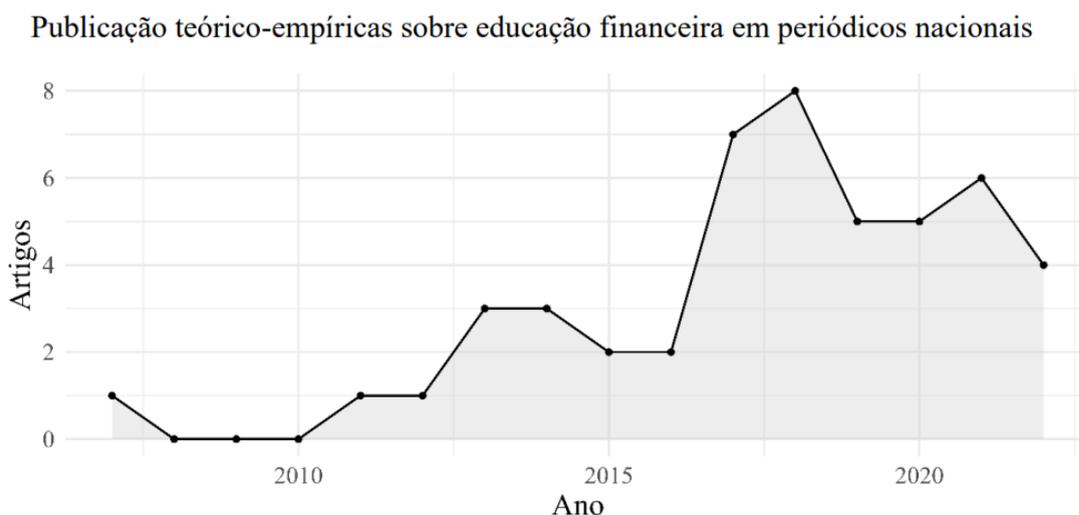
Outra estratégia foi executada por Leal (2020), envolvendo a criação de abordagens adaptadas para atender às demandas de idosas com baixa escolaridade residentes em Porto Alegre. Diante das várias propostas mencionadas, torna-se evidente o quanto essas abordagens podem impactar positivamente a gestão consciente dos recursos financeiros. No entanto, é importante destacar que nem todas as pesquisas reconhecem esses benefícios. Albuquerque (2023) argumentaram que a Educação Financeira é uma ideologia que surgiu no contexto do capitalismo contemporâneo, frequentemente utilizada para influenciar o consumo. De acordo com essa perspectiva, as ações implementadas não têm a intenção de conscientizar as pessoas e reduzir o endividamento, indo na direção oposta desse propósito.

Morais (2021) apontaram que as estratégias não têm como alvo beneficiar a população, mas, sim, fomentar uma "responsabilidade social" que encoraja a compra de produtos financeiros. Conseqüentemente, a mentalidade liberal prevalece, e a Educação Financeira é principalmente vista como um empreendimento ou commodity. Importante ressaltar que essas perspectivas são excepcionais, uma vez que a conscientização sobre a valiosa contribuição proporcionada por essas questões está ganhando destaque na sociedade atual.

A Figura 6 representa a evolução temporal dos artigos. Percebe-se que a partir de 2011, houve uma retomada nas publicações abordando educação financeira em

revistas científicas nacionais, após um período de menor atividade entre 2008 e 2010. O ponto máximo em termos de quantidade de publicações foi alcançado em 2018, com um total de 8 artigos. Anteriormente a esse período, já se observava um aumento gradual, embora nos anos seguintes tenha ocorrido uma redução. Entretanto, nos 4 anos após o ponto máximo, ainda se manteve um número superior de publicações, com uma média de cinco por ano, em comparação com o período prévio ao pico, que apresentava uma média de 3,5 publicações por ano (Lima, 2021).

Figura 2 – Publicação teórico-empíricas sobre educação financeira em periódicos nacionais



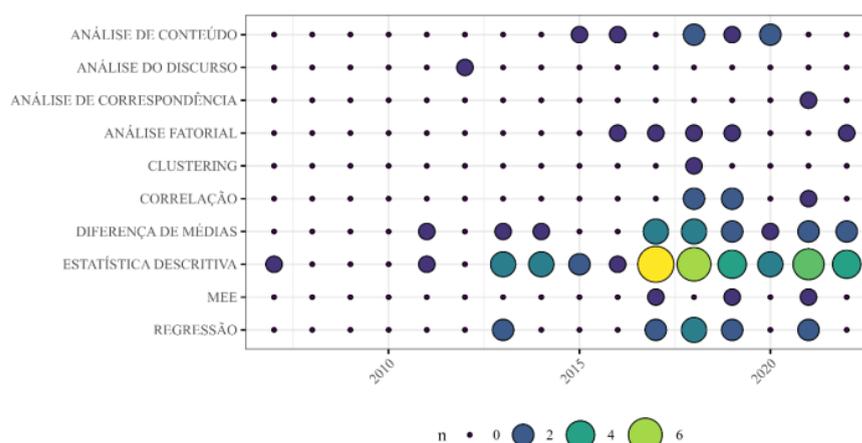
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A circunstância em que diversos estudos optam por realizar somente análises introdutórias de dados de natureza quantitativa na amostra acarreta na redução da sua influência, pois tal abordagem relega a discussão a um papel secundário,

impossibilitando a exploração de eventuais relações entre variáveis e o progresso de análises teóricas e empíricas. Como resultado, a aplicação menos frequente de técnicas multivariadas em contrapartida com a proeminência da estatística descritiva limita o grau de discussão. A incorporação de uma maior diversidade metodológica poderia, efetivamente, enriquecer a pesquisa científica relacionada ao tema no cenário brasileiro (Rodrigues, 2023).

Antes da figura a seguir, que apresenta um *ballonplot* das técnicas de análise utilizadas nos artigos, é importante destacar que este gráfico ilustra a diversidade e a distribuição das metodologias empregadas nas pesquisas sobre educação financeira publicadas no Brasil entre 2018 e 2023. Assim, o *ballonplot* ajuda a visualizar a frequência e a variedade das técnicas de análise aplicadas, oferecendo uma perspectiva clara sobre quais métodos são mais comuns e como estão distribuídos entre os estudos.

Figura 3 – Ballonplot das técnicas de análise utilizadas nos artigos



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Para a escolha dos trabalhos apresentados, levou-se em conta a avaliação segundo os critérios de análise, inclusão e exclusão (2013-2016) e as contribuições mais notáveis referentes aos tópicos tratados. Em relação aos desdobramentos observados nos trabalhos amostrados, um primeiro aspecto que merece destaque é a função desempenhada pela família na transmissão de conhecimento. Conforme a pesquisa conduzida por Oliveira (2021) naquele período, não se identificava uma abordagem efetiva de educação financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo em curso delineou a contribuição científica brasileira no contexto da educação financeira, explorando os temas de pesquisa e as estratégias de análise adotadas. O estudo foi realizado por meio de uma análise bibliométrica de artigos publicados em revistas acadêmicas. A principal finalidade foi obter uma compreensão da situação atual dessa produção no Brasil, examinando as áreas de pesquisa selecionadas e as abordagens analíticas empregadas, com o intuito de fornecer uma visão detalhada do panorama da pesquisa nacional nesta área de 2018 a 2023.

Com o intuito de alcançar esses propósitos, realizou-se uma análise dos artigos selecionados com base nos dados de pesquisa. Isso permitiu obter uma perspectiva diversificada das contribuições de diversos autores para o tema em questão. Além disso, foi traçado um panorama das publicações, o que ilustra a evolução ao longo do tempo no que diz respeito ao número de artigos disponibilizados.

A pesquisa atual teve um impacto significativo na ampliação do entendimento acerca da evolução dos estudos concernentes à educação financeira. Isso envolveu uma avaliação abrangente do que já foi investigado e das abordagens utilizadas, bem como a identificação de tendências e lacunas nas pesquisas existentes, oferecendo uma visão geral abrangente desses estudos.

A partir dos resultados, pode-se inferir que a área de educação financeira no Brasil carece de estudos mais aprofundados sobre a temática, ademais, notou-se ainda que essas foram realizadas com o intuito exclusivamente acadêmico, ou seja, destinado para o público-alvo versado na temática. Com isso, percebe-se que falta material orientativo e de linguagem mais acessível, visto que, com a conscientização e educação das massas, faz-se possível diminuir o endividamento das famílias, pois essas terão maior conhecimento sobre formas de poupar seu dinheiro e não entrar na bola de neve de dívidas.

Ao que cerne as limitações do trabalho, têm-se que há pouco arcabouço teórico disponível nos portais acadêmicos e, por isso, não se faz possível analisar com a profundidade que o tema requer. Ademais, em razão de ser uma análise bibliométrica, têm-se que essa se baseou, principalmente, em artigos de revistas acadêmicas, excluindo outras formas de produção científica que poderiam oferecer perspectivas adicionais.

Diante do exposto, têm-se como sugestão para produções acadêmicas futuras estender a análise bibliométrica para além do período de 2018 a 2023, permitindo uma visão mais ampla e aprofundada da evolução da produção científica brasileira em educação financeira ao longo do tempo, bem como, para uma compreensão mais abrangente, sugere-se considerar a incorporação de outras fontes de dados, como teses, dissertações e conferências, para capturar uma gama mais diversificada de contribuições acadêmicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Plano de Ação Biênio 2017-2018**. São Paulo, 2016c. Disponível em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/03-03-2017-PLANOACAO.pdf> . Acesso em: 03 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Relatório Anual 2012**. São Paulo, 2012.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Relatório Anual 2016**. São Paulo, 2016a.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Relatório Anual 2017**. São Paulo, 2017.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Relatório Anual de Atividades 2013**. São Paulo, 2013.

ALBUQUERQUE, Elber Fernandes; SOEIRO, Wedlane Carvalho. OLIVEIRA, Alan Santos. **Perfil dos estudos sobre educação financeira e finanças pessoais no brasil: uma análise bibliométrica**. Desafio Online, Campo Grande, v.11, n.2, Mai./Ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deson/article/view/14774/12610>. Acesso em: 09 de Agosto de 2023.

ALCANTARA, Maria de Lourdes Martins de. **Educação financeira como política de ensino: uma aplicação na escola João Alves de Carvalho-PB**. 2023.

ARAÚJO, Atalia de. **Educação financeira na educação básica: uma proposta didática a partir do letramento financeiro**. Araguaína/TO, 2021. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/4695/1/ATALIA%20DE%20ARA%c3%9a>

JO%20-TCC%20-%20MATEM%c3%81TICA.pdf. Acesso em: 26 de Setembro de 2023.

ARAÚJO, Beatriz et al. Educação Financeira. **Revista Científica Unilago**, v. 1, n. 1, 2018.

ARAÚJO, Danilo de Sousa; BOTELHO, Ducinele Régis; FRANÇA, Tatiana Coelho. **Educação financeira: uma análise bibliométrica com enfoque nos construtos atitude e comportamento financeiros**. UNB, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ducineli-Botelho/publication/367236712_EDUCACAO_FINANCEIRA_UMA_ANALISE_BIBLIOMETRICA_COM_ENFOQUE_NOS_CONSTRUTOS_ATITUDE_E_COMPORTEMENTO_FINANCEIROS/links/63c8083fd9fb5967c2e751b4/EDUCACAO-FINANCEIRA-UMA-ANALISE-BIBLIOMETRICA-COM-ENFOQUE-NOS-CONSTRUTOS-ATITUDE-E-COMPORTAMENTO-FINANCEIROS.pdf. Acesso em: 10 de Agosto de 2023.

ARAUJO, Danilo; FRANÇA, Tatiana Coelho; BOTELHO, Ducineli Régis. Educação financeira: uma análise bibliométrica com enfoque nos construtos atitude e comportamento financeiros. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, v. 9, n. 3, p. 1551-1573, 2023.

AUSTRALIAN SECURITIS & INVESTMENTS COMMISSION - ASIC. **Australians in control of their financial lives**. ASIC: Austrália, 2014.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Inclusão Financeira na América Latina**: quanto avançamos? Portal de Notícias Online, 2022. Disponível em: <https://www.caf.com/pt/conhecimento/visoes/2022/12/inclusao-financeira-na-america-latina-o-quanto-avancamos/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BM&FBOVESPA. **Resultados da Avaliação de Impacto do Projeto Piloto de Educação Financeira nas Escolas**, 2012. Disponível em http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/avaliacao_educacao_financeira_escolas.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

BORGES, Aldo Aristidis. **Estratégia nacional de educação financeira como política pública da educação básica**. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Goiano Campus Rio Verde, pós-graduação lato sensu em formação de professores e professores e práticas educativas. Rio Verde, 2021.

CARIZANI, Marina Perussi. **A relação entre o comportamento do consumidor contemporâneo e as estratégias de comunicação das marcas de moda nas redes sociais em Portugal**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho Escola de Engenharia. Portugal, 2018.

CARNEIRO, Milene Teixeira; SILVA, Lúcia Andrea Costa; AMARAL; Hudson Fernandes; PAIVA, Felipe Dias. Educação financeira: uma análise das publicações em periódicos brasileiros no período de 2003 a 2018. **Revista Gestão e Planejamento, Salvador**, v. 23, p. 490-509, jan./dez. 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/Downloads/7068-31112-3-PB.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

CARVALHO, Marcio Mamede Bastos de. Manipulação das Preferências de Consumo: Alienação Humana e Degradação Ambiental nos Caminhos de um Modelo Social Insustentável. **Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo**, v. 1, n. 1, p. 167, dez. 2015.

CASSATTARI, R.-R.-B.; PINTO, A.-L.; RODRIGUES, R.-S.; SANTOS, L.-S. Comparação da Lei de Zipf em conteúdos textuais e discursos orais. **El Profesional de La Información**, v. 24, n. 2, p. 157, 2015. DOI: 10.3145/epi.2015

CLASON, G. S. **O homem mais rico da Babilônia**. 18 ed. Rio de Janeiro, RJ. Ediouro, 2005.

CHUEKE, Gabriel Vouga; AMATUCCI, Marcos. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext**, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.

COELHO, Bhibiana Gabriela Marques; PAIM, Isadora Barros. A função do consumo e consumismo: uma visão de Zygmunt Bauman aplicada à sociedade contemporânea. **Revista Jurídica da Faculdade de Direito de Santa Maria-FADISMA**, v. 15, n. 1, 2020.

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. **Anexos. Orientação para Educação Financeira nas Escolas**. In: CVM. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, mimeo, s/d.b, p. 56-85.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, mimeo, s/d.a.

ERTEL, Lucas José. **Educação financeira: estudo comparativo entre Brasil, Alemanha, Estados Unidos e Holanda**. Bento Gonçalves, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/8618/TCC%20Lucas%20Jose%20Ertel.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 de Agosto de 2023.

FONTENELE, Maria Luisa de Moura Campos; BERNARDES, Juliana Reis. Educação Financeira: Estudo bibliométrico da produção científica nacional na plataforma SPELL. **Revista Da FAESF**, v. 6, n. 4, 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Desigualdade de renda no Brasil bate recorde, aponta levantamento do FGV IBRE**. Portal de Notícias, 2019. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/desigualdade-renda-brasil-bate-recorde-aponta-levantamento-fgv-ibre>. Acesso em: 03 nov. 2023.

GARCIA, Luiz Carlos; SOUZA, Antônio Augusto Máximo Vaz; NEVES, Priscilla Celly. A prática da obsolescência programada como violação ao meio ambiente-algumas perspectivas. Diké: **Revista Eletrônica de Direito, Filosofia e Política do Curso de Direito da UNIPAC Itabirito**, p. 29, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: ed. Atlas, 2008.

GOMES, Adhmir Renan Voltolini; DE LIMA, Samuel Lyncon Leandro; DAL VESCO, Delci Grapegia. Os Enfoques da Produção Científica sobre a Controladoria no Brasil: uma abordagem bibliométrica. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 15, n. 3, p. 135-152, 2020.

QUEVEDO-SILVA, Filipe et al. Estudo bibliométrico: orientações sobre sua aplicação. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 15, n. 2, p. 246-262, 2016.

HUBERT, Stefan. Para além do valor de uso: os valores e significados do consumo de produtos de luxo. **Revista Todavia**, v. 2, n. 2, p. 71-85, 2011.

HUBERT, Stefan. **O tonel das danaiades: Consumo a crédito, superendividamento e a espoliação dos vulneráveis no Brasil contemporâneo**. 2016.

KOTLER, Philip, KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. 14 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

LEAL, Gabriela de Oliveira. **Educação Financeira no Brasil: Uma revisão de Literatura Estado da Arte**. Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/107/107131/tde-01082022-161934/publico/GabrielaOLEalCorrigida.pdf>. Acesso em: 22 de Agosto de 2023.

LIMA, Mariana Patrícia. **Nível de letramento financeiro e características socioeconômicas: uma análise dos estudantes de ensino médio de um município do Agreste Pernambucano**. Caruaru, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/43468/1/LIMA%2c%20Mariana%20Patricia%20de.pdf>. Acesso em: 30 de Agosto de 2023.

LOPES, Maria Luisa Ferreira et al. **Consumo conspícuo, endividamento financeiro e bens posicionais: um survey da literatura brasileira**. Trabalho de conclusão de curso, Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

LUCAS, Jéssica Haidee Silva. **Materialismo e compulsão por compras: um estudo com consumidores de Sant'Ana do Livramento**. 2017.

MORAIS, Diogo Martins Gonçalves; MARTINEZ, Beatriz; Martins, Caroline; Mauch, James; ROSA, Lucas Santa. **A Educação Financeira no Ensino Superior: Um Estudo das Principais Abordagens Educacionais e a Concepção de uma Proposta Pedagógica Inovadora**. Revista de Casos e Consultoria, V. 12, N. 1, e24142, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/24142/14163>. Acesso em: 20 de Agosto de 2023.

NERI, M. C., CARVALHAES, L. **Miséria e a nova classe média na década da igualdade**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2008.

NUNES, Douglas de Abreu et al. **Quanto sabemos sobre educação financeira? O Estado da Arte de 2007 até 2022 no Brasil.** 2023.

NUNES, Douglas de Abreu. **Quanto sabemos sobre Educação Financeira? O Estado da Arte de 2007 até 2022 no Brasil.** Florianópolis, 2023. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/248870/TCC_BU_Douglas_de_Abreu_Nunes%20\(1\).pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/248870/TCC_BU_Douglas_de_Abreu_Nunes%20(1).pdf?sequence=1). Acesso em: 20 de Agosto de 2023.

OLIVEIRA, Marcos Roberto. **O Estado da Arte no período de 2011 a 2019: revelações sobre a presença da Educação Financeira no ensino da Matemática.** São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicid.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4264/1/Marcos%20Robert%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 15 de Agosto de 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OECD. **National Strategies for Financial Education.** França, 2013.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OECD. **The Status of Financial Education in Africa.** França, 2012.

PABIS, Maria Gabriela; SILVA, Antônio João Hocayen. **Uma revisão sistemática sobre a pesquisa em Educação Financeira.** Canoas, v. 11, n. 1, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/Downloads/sysop,+3+ART+7821.pdf>. Acesso em: 01 de Setembro de 2023.

PACKARD, Vance. **Estratégia do desperdício.** São Paulo: IBRASA, 1965

PERETTI, L. **Educação financeira: gestão empresarial: Um guia para ajudar resolver seus problemas.** 1 ed. Dois Vizinhos, PR. Impressul, 2007

PINHEIRO, Raul Gomes; ALMEIDA, BE de. As estratégias de internacionalização: um estudo bibliométrico aplicando as leis de Lotka, Bradford e Zipf na base SPELL no período de 2008 A 2018. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, Ribeirão Preto**, v. 11, n. 1, p. 60-79, 2020.

RIBEIRO, Quetsia Dantas Magalhães et al. A educação financeira como política pública no Brasil e seus potenciais impactos no orçamento familiar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. e43310918213-e43310918213, 2021.

RIBEIRO, S. P.; RIZZO, M. R.; SCARAUSI, V. G. S. Educação financeira sob a ótica da análise bibliométrica embasada no portal SPELL. **Revista brasileira de Administração Científica**, Jul a Set 2020 - v.11 - n.3. Disponível em: <https://sustenere.co/index.php/rbadm/article/view/CBPC2179-684X.2020.003.0003/2132>. Acesso em: 12 de Agosto de 2023.

ROCHA, Pedro Henrique Silva. **Educação financeira no orçamento doméstico: uma revisão bibliográfica sobre os principais aspectos que impactam as famílias brasileiras a partir da produção acadêmica na Região do Triângulo Mineiro.** 2023.

RODRIGUES, Rita Karoliny Nunes; FILHO, Francisco Carlos da Costa; PAIVA, Luis Eduardo Brandão; ARAÚJO, Rafaela de Almeida. Educação financeira: um estudo bibliométrico sobre os artigos disponíveis no portal de periódicos Spell. **Revista Razão Contábil e Finanças**, volume 14, número 1 – Janeiro-dezembro de 2023. Disponível em: <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/razao-contabeis-e-financas/article/view/322/290>. Acesso em: 19 de Agosto de 2023.

SANTOS, Clodoaldo Barbosa dos. **Inclusão financeira e desenvolvimento econômico: uma análise sob o contexto brasileiro**. Fundação Getulio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Tese de Doutorado de Gestão para a Competitividade. São Paulo, 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - BRASIL. **Inadimplentes no Brasil em 2017**: perfil e comportamento frente às dívidas. Disponível em: <https://docplayer.com.br/63229852-Inadimplentes-no-brasil-2017-perfil-e-comportamentofrente-as-dividas-agosto-2017.html>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SERASA EXPERIAN. **Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje**. Portal online, 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/>. Acesso em: 10 de Agosto de 2023.

SERASA EXPERIAN. **Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro 2022**. Portal online, 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-de-endividamento-2022/>. Acesso em: 10 de Agosto de 2023.

SHARE AMÉRICA. **Como estudantes dos EUA adquirem alfabetização financeira**. Portal online, 2022. Disponível em: <https://share.america.gov/pt-br/como-estudantes-dos-eua-adquirem-alfabetizacao-financeira/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SOUZA, Eliane Alves de et al. Desafios da Educação Financeira como ferramenta de combate ao endividamento no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 2022.

SPC BRASIL. **Inadimplência de Pessoas Físicas – fevereiro 2020**. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwimprtlg9z8AhUQppUCHc6eAPYQFnoECBEQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.spcbrasil.org.br%2Fwpimpressa%2Fwpcontent%2Fuploads%2F2020%2F03%2FAn%25C3%25A1lise-Inadimpl%25C3%25AnciaPF-Fevereiro-2020-1.pdf&usq=AOvVaw3PLGI8ezqa_k0fH_zd1QMS. Acesso em: 01 nov. 2023.

SPC BRASIL. Perfil **do Inadimplente e das Dívidas no Brasil**. Portal de Notícias, 2017 Disponível em: <https://docplayer.com.br/47136080-Perfil-do-inadimplente-e-das-dividas-no-brasil.html>. Acesso em: 01 nov. 2023.

TASCHNER, Gisela B. Lazer, cultura e consumo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 4, p. 38-47, 2000.

TEIXEIRA, Pedro Augusto Andrade et al. **Educação financeira: análise do endividamento e inadimplência familiar no Brasil**. 2023.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. Estudos Bibliométricos: procedimentos metodológicos e contribuições. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 15, n. 2, 2014.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1987

VIEIRA, Glauciane; PESSOA, Cristiane. **Educação financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais?**. Educação Matemática Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 658-688, 2020.

VIEIRA, Lara Fernandes. **A dignidade do consumidor superendividado: estudo à luz da lei do superendividamento**. 2022.